UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

RHANNA DA SILVA HENRIQUE

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: DESTINO TRAÇADO NA MATERNIDADE?
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS DETERMINAÇÕES DE CLASSE E DE GÊNERO

Rio de Janeiro

2017

RHANNA DA SILVA HENRIQUE

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: DESTINO TRAÇADO NA MATERNIDADE?
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS DETERMINAÇÕES DE CLASSE E DE
GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanessa Bezerra de Souza

Rio de Janeiro

2017

RHANNA DA SILVA HENRIQUE

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: DESTINO TRAÇADO NA MATERNIDADE?
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS DETERMINAÇÕES DE CLASSE E DE
GÊNERO**

Aprovado em: ____/____/____

Prof.^a Dr.^a Vanessa Bezerra de Souza – Orientadora
Professora da Escola de Serviço Social – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Janaina Bilate
Professora da Escola de Serviço Social – UNIRIO

Betânia Nunes de Carvalho
Assistente Social no Hospital Maternidade Carmela Dutra

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as Marias, Vanessas, Ritas e Cláudias que, mesmo sem saber, foram fonte de inspiração através de suas histórias de vida, força e coragem de enfrentar, com pouca idade e um ser tão indefeso nos braços, esse mundo injusto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais por me criar para o mundo. Vocês deram suporte e apoio incondicional para eu realizar e construir sonhos. Tornaram possível o fato de eu não me sentir perdida, ainda que estivesse em um lugar desconhecido. Obrigada pela presença diária no meu coração e mente, como fonte de amor e inspiração.

À minha irmã Késsia, meu muito obrigada pelo papel fundamental na minha formação. Cresci ao lado de uma pessoa que me desperta admiração e orgulho! Quando eu crescer quero ser igual a você.

Ao Lucas, meu irmão de alma. Pelo incentivo em todos os anos de graduação e por uma vida inteira de dedicação, amizade e amor. Obrigada por me lembrar todos os dias a importância e a urgência de ser feliz!

Aos meus avós, tias e primas pela torcida e por receber com amor cada uma das minhas descobertas e mudanças.

A todos meus amigos e amigas de Além Paraíba e Juiz de Fora. Em especial Natália, Letícia, Carol e Rafael. Fica aqui o meu agradecimento pelo vínculo nutrido com tanto amor nesses anos de distância. A torcida e apoio de vocês foram essenciais para essa conquista.

A todas amigas de repúblicas do Rio de Janeiro, com quem dividi momentos de ansiedade, saudade, tristeza e descoberta. Apesar das adversidades, as alegrias, risadas e os elos de amizade foram infinitamente maiores. Que cada sacrifício, esforço e privação sejam recompensados. Carrego o sotaque e a figura de cada uma no coração.

Ao meu amor e parceiro, Victor. Obrigada pelos carinhosos debates teóricos, os “ques” a menos, as experiências compartilhadas e por ter dividido o peso desse momento de tanta angústia. Minha vida é mais leve e feliz com você. Gratidão!

Aos meus amigos da UNIRIO, exemplos de força e coragem. Em especial Renata e Barbara, grandes companheiras que a vida me deu. Dividimos dúvidas, tristezas, inquietações, alegrias, conquistas e muitos sacos de pipoca doce. Amo vocês e a amizade que construímos.

A todos meus professores e professoras da ESS pela generosidade em dividir o conhecimento de forma horizontal e paciente. Esse trabalho foi construído com muitas mãos. Em especial, agradeço à Prof.^a Vanessa, minha orientadora querida, por oferecer seu apoio e incentivo de forma tão afetuosa. A sua confiança no meu trabalho foi essencial para que eu confiasse mais em mim. À Prof.^a Janaína, por colocar o mínimo de si em tudo que faz, regando quatro anos de convivência com muita entrega e amor. À Prof.^a Lobelia, por tanta disponibilidade, carinho e amizade verdadeira.

Às equipes do Hospital Maternidade Carmela Dutra e do Hospital Federal dos Servidores do Estado, em especial Betânia, Ivana e Verônica, minhas supervisoras. Nesses espaços eu aprendi, além da prática profissional, aquilo que nenhuma teoria poderia ensinar: empatia. Obrigada pelo papel tão fundamental na minha formação enquanto profissional e ser humano. Espero ter futuras colegas de profissão tão comprometidas e competentes como vocês.

Por fim, agradeço a todas estagiárias do Hospital Federal dos Servidores do Estado (2016/2017). Em especial, às meninas do setor de pediatria, Taiane, Mayara, Jurema, Natasha e Amanda. O dia a dia se tornou muito mais divertido quando compartilhado com vocês. Tenho muito orgulho por ter dividido essa história com pessoas maravilhosas e brilhantes.

“Alguém escreve para tratar de responder às perguntas que lhe zumbem na cabeça, moscas tenazes que perturbam o sono, e o que alguém escreve logra um sentido coletivo quando de algum modo coincide com a necessidade social da resposta..”

(Eduardo Galeano)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo discorrer acerca da gravidez na adolescência das meninas pobres do país. Após a constatação da marcada disparidade do fenômeno entre a população rica e pobre, buscou-se trazer à tona elementos que colaboram para compreender o fenômeno a partir de suas raízes e não, como é muito comum, a partir das aparências, da superfície. Isso explica o porquê da escolha de nos aprofundarmos sobre a classe trabalhadora, a “questão social”, cultura, assim como o gênero e patriarcado. Comprometida ética, política e teoricamente, esse trabalho representa um esforço de criar novos caminhos para repensar a prática profissional de assistentes sociais com essa população usuária, além de dar subsídios para a criação de políticas públicas mais eficazes.

Palavras-chave: Capitalismo; Gênero; Cultura; Gravidez na adolescência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 Classe Trabalhadora: substantivo feminino	15
1.1. A esfera da produção e reprodução social no modo de produção capitalista	15
1.2. Patriarcado e gênero: a dupla dinâmica	21
2 A cultura em questão	27
2.1. Culture, kultur, cultura: o desenvolvimento da noção de cultura	27
2.2. A particularidade brasileira	35
3 Gravidez na adolescência: destino traçado na maternidade (?)	41
3.1. Criança que faz criança não é mais criança?	41
3.2. Maria Carolina: o retrato de uma jovem da classe trabalhadora no Brasil	50
3.3. “Meninas”: fragmentos do todo	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
5 REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

A primeira experiência de estágio é um momento ímpar onde a discente tem seu primeiro contato com o campo e com o fazer profissional. Em uma maternidade municipal da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, após a observação de um atendimento realizado pela supervisora de campo a uma usuária do Serviço Social, relatei o seguinte trecho no diário de campo: “Histórias como essa, onde desde muito cedo, essas, até então meninas, são obrigadas a abrir mão de experiências que para alguém como eu, por exemplo, são comuns, trazem à tona a tão ‘endeusada’ meritocracia, carregada dos conceitos de esforço e vitória, mas que não é pensada a partir da desigualdade e das expressões da questão social, provenientes do conflito capital x trabalho, base do modo de produção. Quais e quantas chances e oportunidades essa mulher/adolescente teve na vida? ”

O trecho diz respeito à história de uma mulher que chegava à maternidade na sua segunda gestação. Em atendimento social relatou que aos 17 anos, após a prisão de sua mãe, se viu obrigada a cuidar sozinha dos seus três irmãos e da sua primeira filha. Com a vivência cotidiana na instituição, observei empiricamente a grande quantidade de adolescentes grávidas naquele serviço.

O fato de o Serviço Social na unidade atender, predominantemente, no plantão social (demandas espontâneas), dificultou, na época, que houvesse um estudo aprofundado, dedicado a ouvir essas jovens e refletir sobre os inúmeros fatores que contribuíram para a gravidez na adolescência. Vale ressaltar que essa organização de trabalho se explica pela baixa proporção de assistentes sociais na maternidade.

Nesse período, o grande número de adolescentes grávidas, cada vez mais cedo, me chamou atenção. Destacava-se também o pouco apoio familiar ou só apoio de figuras femininas; O fato de muitas apresentarem um desconhecimento quanto aos métodos contraceptivos; Muitas falas alegando ter desejado a criança e os inúmeros relatos, feitos repetidamente por várias delas, de que não usavam preservativo por interferência negativa do parceiro. Assim, ficou clara a vigência do machismo nessas relações. Esse machismo se expressa antes e durante o período da gravidez e também após o nascimento do bebê, quando essas adolescentes se veem obrigadas a assumir integralmente e individualmente as responsabilidades em relação aos seus filhos.

Em uma rede social pedi para as pessoas enviarem frases ligadas à gravidez na adolescência. O resultado foi o seguinte: “Nessa idade eu estava brincando de bonecas e não

fazendo filhos por aí”; “Se não queria, por que não se cuidou?”; “Na hora de fazer não reclamou”; “Cadê a mãe que não viu isso acontecer?”; “Você acabou com a sua vida”; “Hoje em dia só engravida quem quer”; “Ela sabia muito bem o que estava fazendo”; “Engravidou pra chamar atenção”; “Se fosse a minha filha não estaria solta por aí”; “Não tem namorado e teve filho?”; “Mas se casou, né?”; “Nem largou a fralda e já é mãe”; “Destruí a sua vida e vai destruir a vida do garoto também”; “Engravidou pra segurar macho”; “Quem pariu Mateus que o embale”; “Essa aí sempre foi saidinha”; “Na hora de fazer foi bom, agora não reclame”; “Daqui um ano está grávida de novo”.

De 22 participantes apenas um era homem. As frases levantadas são tristes, porém familiares. O nosso esforço teórico representou um movimento na contracorrente desses pensamentos. Assim sendo, surgiu o interesse em fazer da gravidez na adolescência o objeto de uma pesquisa qualificada, politicamente comprometida e embasada em uma linha teórica localizada no pólo oposto das visões moralistas e culpabilizadoras, principalmente no que tange à figura das mulheres, tão difundidas no senso comum. Com foco nas adolescentes pobres do país, buscaremos o desmascaramento de uma realidade tão complexa e latente.

Não foi possível realizar a ideia inicial de uma pesquisa com essas adolescentes, lançando mão de instrumentos, como reuniões de grupo e entrevistas individuais, por questões práticas, dentre elas a burocracia institucional, um fator que dificultaria o término desse trabalho em tempo hábil. Optamos por um estudo bibliográfico, usando autores especialistas nos temas propostos e buscando a articulação das categorias utilizadas. Além disso, a “materialidade” do tema ocorre através da análise do discurso (AD) feita a partir do documentário “Meninas¹”.

A partir dessa inquietação surge um questionamento central, norte deste estudo: por que, afinal, existe uma disparidade tão marcada entre o número de adolescentes grávidas na classe trabalhadora e na burguesia?

Segundo dados divulgados pelo Correio Braziliense na internet em 18 de agosto de 2015:

[...] De acordo com o Ministério da Saúde, a gravidez precoce caiu 26% nos últimos 13 anos. Em 2000, foram 750.537 bebês nascidos vivos por partos de adolescentes de 10 a 19 anos. Nesse mesmo ano, o Brasil estava em 54º lugar no ranking mundial com índice de fecundidade em meninas entre 15 e 19. Com a ajuda de políticas de prevenção, em 2013, foram 555.159 bebês. Mesmo com uma diminuição significativa no número dos nascidos, proporcionalmente, o país piorou em relação a outras nações. [...] Hoje, o país está na 49º colocação: são 70 a cada mil meninas entre 15 e 19 anos que

¹ MENINAS. Direção: Sandra Werneck. Produção: Cineluz Produções. Documentário. 70’14”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f9X8WSWiI2I>>. Acesso em: Jan. de 2016

deram à luz em 2013, de acordo com a última pesquisa do Banco Mundial. [...] De acordo com o relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), divulgado em 2013, foi constatado que, no Brasil, 12% das adolescentes de 15 a 19 anos têm pelo menos um filho. Na mesma pesquisa, 19,3% das crianças nascidas em 2010 são filhos e filhas de mães menores de 19 anos (CORREIO BRAZILIENSE, 2015, p. 1).²

Complementando a pesquisa anterior, Ventura (2009) afirma que “no Brasil, a incidência da gravidez na adolescência é maior nas populações de baixa renda e escolaridade” (p. 281), fato esse constatado por nós ao longo de toda essa pesquisa. Isso nos levou a algo que há muito é sabido no país: a gravidez na adolescência é uma expressão da questão social.

Portanto, o assunto proposto se trata de uma área de intervenção do Serviço Social, exigindo estudo e dedicação na mesma. “Uma profissão – e o Serviço Social é apenas uma profissão – não se explica e se compreende sem que se explique e compreenda a sociedade em que se desenvolve” (NETTO, 2013, p. 28).

Em se tratando desta categoria profissional específica, o Serviço Social, a proximidade com a vida cotidiana e as relações sociais no dia a dia profissional cria, segundo Iamamoto (2013), “condições privilegiadas para a apreensão do conjunto do cotidiano das classes populares” (p. 119).

Esta proximidade da vida cotidiana, pelo contato estreito e direto com a população, poderá permitir – se aliada a uma bagagem teórica que permita superar o caráter pragmático e empirista que marca, não raras vezes, a atuação profissional – uma visão totalizadora desse cotidiano e da maneira como é vivenciado pelos agentes sociais (IAMAMOTO, 2013, p. 119).

A linha teórica utilizada será a do materialismo histórico dialético de Karl Marx. Propomo-nos a entender um fenômeno social a partir de sua totalidade histórica, discorrendo acerca de múltiplos fatores que incidem e influenciam sua ocorrência ao longo do tempo. Assim ficam evidentes as contradições e os conflitos, o que dá subsídios para transformar a realidade, objetivo principal dessa corrente teórica: conhecer para transformar.

O texto está estruturado em introdução, três capítulos e considerações finais. No primeiro momento – introdução – o leitor será apresentado às ideias iniciais da autora, suas motivações e justificativas para a escolha do objeto.

O capítulo um não foi uma escolha. O julgamos essencial. Primeiramente, porque estamos tratando aqui das adolescentes da classe trabalhadora, sendo necessário, portanto,

² Gravidez precoce: Brasil tem índice de país que permite casamento infantil. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/08/18/internas_polbraeco.495139/gravidez-precoce-brasil-tem-indice-de-pais-que-permite-casamento-infa.shtml>. Acesso em: 21 de mar de 2017.

entender o que essa distinção de classe significa.

A “questão social” possui uma dimensão de gênero (Bezerra e Veloso, 2004), referente às injustiças e iniquidades em que estão vivendo os sujeitos sociais, principalmente as mulheres, figuras mais prejudicadas no quadro das relações sociais. O subitem 1.2 destrinchará, então, os conceitos de “patriarcado” e “gênero”, fundamentais para complementar as ideias já iniciadas – ontologia do ser social, produção e reprodução social.

Após a construção dos conceitos de gênero e patriarcado, a proposta é analisar a influência da cultura nessas categorias. Eis o debate do segundo capítulo. Orientamo-nos na historicidade do termo “cultura” para formular um raciocínio que é nosso fio condutor: a cultura se expressa e materializa em visões de mundo e a questão nacional está diretamente ligada à questão da cultura.

Sendo a cultura, como nos diz Marilena Chauí, um jogo interno de conformismo e resistência, a questão nacional e da cultura nos permite romper o caminho das visões deterministas e voluntaristas, apreender as particularidades culturais que atravessam as classes sociais, resgatar o potencial criador já contido na prática cotidiana das classes subalternas, assim como fazer a crítica dos elementos conformistas, alienados e alienantes que aí comparecem, introduzindo novas mediações no nosso debate sobre a dimensão política da prática profissional: a questão da mulher, a questão racial, das disparidades regionais entre outras (CHAUI *apud* IAMAMOTO, 2013, p. 154).

Compreender o solo histórico para o surgimento e consolidação de valores na sociedade brasileira nos possibilita também desmistificar algumas ideias presentes entre cidadãos comuns de que algumas práticas machistas, classistas e racistas fazem parte da natureza do brasileiro. Por isso esse é o debate do item 2.1. A reflexão permite pensar a realidade social brasileira a partir de uma dinâmica historicamente determinada pelas relações estabelecidas no país. A partir dessas relações, considerando a configuração de cada momento histórico, se formaram nossas tradições, culturas e, nos termos de Bonfim (2015), nossa moralidade³.

O terceiro e último capítulo será uma reflexão que engloba todos os temas anteriormente trabalhados, relacionando-os com a gravidez na adolescência. Após trazer à superfície categorias importantes para entender alguns aspectos ocultos da gravidez na adolescência, considerou-se importante entender de qual “adolescência” estamos falando. A adolescência que buscamos tratar é a fase posterior à infância na vida de crianças filhas da

³ Segundo a autora, a moralidade é entendida por ela como senso moral, ou seja, aquilo que expressa ser os indivíduos se comportam de acordam com as normas e valores determinados socialmente.

classe trabalhadora no país. O principal é ter em mente que as experiências na adolescência não serão as mesmas para todos os grupos de uma mesma faixa etária.

Os últimos momentos do terceiro capítulo representam um esforço de síntese. Através da análise do discurso do documentário “Meninas” buscamos a articulação das categorias desenvolvidas, trazendo exemplos concretos e reais.

O objetivo específico da AD é o discurso, não a língua. Essa última, na AD, é relacionada com a sua exterioridade e não é considerada um sistema neutro e sim, a partir da sua inserção no mundo. O importante são as maneiras de significação e a produção de sentidos dos sujeitos ao se expressarem. O discurso é algo coletivo. Diferente da fala individual ou casual. Na AD se leva em conta o ser humano na sua própria história, inserido em um contexto. O discurso, portanto, não é algo totalmente isento de determinações históricas ou sociais⁴.

É considerável apontar uma particularidade deste trabalho. Ao longo de todo ele, buscou-se o esforço de tornar a linguagem mais acessível e menos rebuscada, para que a produção acadêmica possa chegar às pessoas sobre as quais falamos.

A linguagem hermética nem sempre é o preço inevitável da profundidade. Em alguns casos pode esconder, simplesmente, a incapacidade de comunicação elevada à categoria de virtude intelectual. Suspeito de que assim o enfado, com frequência, serve para bendizer a ordem estabelecida: confirma que o conhecimento é um privilégio das elites (GALEANO, 2016, p. 348).

Objetivamos transcender a burocracia acadêmica. Mais do que marcar o encerramento de uma etapa, a graduação de Serviço Social, através desse trabalho, queremos chamar a atenção para uma realidade que de tão naturalizada, tornou-se invisível. Esperamos que esse material seja uma ferramenta para se repensar as políticas públicas e a própria atuação do Serviço Social no que tange o atendimento a essa população usuária.

⁴ RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. Análise de discurso crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

1 – CLASSE TRABALHADORA: SUBSTANTIVO FEMININO.

A base do sistema capitalista é a exploração. As duas classes que compõem esse modo de produção (burguesia e classe trabalhadora) têm interesses opostos. Enquanto os capitalistas buscam explorar a força de trabalho alheia, a classe trabalhadora resiste à dominação que lhe é imposta, o que gera conflitos e resulta na luta de classes.

Dentro da própria classe trabalhadora, porém, há explorações e opressões que atingem determinados grupos. Homens gays são mais oprimidos que os heterossexuais. Ao mesmo tempo, homens negros são mais oprimidos que brancos. Contudo, na base da pirâmide de opressão, estão as mulheres. Oprimidas por sua própria condição de mulher. Essa opressão se agudiza a depender da classe, raça/etnia e orientação sexual.

A dominação masculina – patriarcado – perpassa todos os lugares ocupados pelas mulheres. Além das atividades realizadas no trabalho, às mulheres também é imputada a responsabilidade pelo lar, de maneira que atenda também às necessidades e solicitações da sua família. Essa ideia de superioridade masculina, no entanto, não está reservada ao âmbito privado ou exclusivamente ao homem. Ela está impregnada nas leis, nos costumes, crenças e também se reproduz nas relações mulher – mulher.

1.1 – A esfera da produção e reprodução social no modo de produção capitalista.

“Escolhe um trabalho de que gostes, e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida”. Confúcio, filósofo chinês nascido nos meados do século VI (551 a.C), é autor da frase que ainda atualmente, no modo de produção capitalista, faz sentido para muitos (as) trabalhadores (as). Contudo, partindo do materialismo histórico dialético⁵, método de análise da realidade criado por Karl Marx, entende-se que o “trabalho⁶”, na frase de Confúcio, se

⁵ Bezerra e Veloso (2015) apontam a relevância do método de Marx (1818 – 1883) para tratar das relações sociais de gênero, categoria que se relaciona diretamente com o tema aqui proposto, refutando as teorias de que seria um método ultrapassado. A autora e o autor rebatem as críticas que alegam que Marx não teria se dedicado o suficiente a esse aspecto, argumentando que no período histórico em que o fenômeno de gênero foi apreendido pelos marxistas (final do século XIX e início do século XX), o mesmo não havia se manifestado em toda sua complexidade. Partindo da compreensão de que o fenômeno deve despertar antes do pensamento, ou seja, o ponto de partida é a realidade concreta, isso explica o porquê de naquele momento histórico o gênero foi apreendido de maneira parcial. Além disso, Marx tem como sua maior contribuição “o desenvolvimento de uma perspectiva teórico-metodológica, que permite extrair dos fatos objetivados na vida social os processos que os originam e que os tornam totalidades concretas” (BEZERRA E VELOSO, 2015, p. 7).

⁶ Karl Marx, nascido na Alemanha, estudou o capitalismo e a dinâmica de seu tempo, a Inglaterra do século XIX. Anos depois seu método de análise ainda se faz atual e explica a sociedade em que vivemos. Foram anos de estudos que levaram a uma análise profunda do capitalismo, com categoria complexas, sendo assim, não se pretende aqui fazer uma síntese do “trabalho” na obra de Marx. Além de não ser o foco principal deste trabalho de conclusão de curso, a categoria ontológica do ser social, o trabalho, é abordada aqui no sentido de trazer à tona, antes de qualquer debate, a realidade da classe trabalhadora, visto que o objetivo é discorrer sobre o fenômeno da gravidez na adolescência nas meninas dessa classe.

refere à forma tomada pelo mesmo no modo de produção capitalista, ou seja, quando este ganha, necessariamente, um caráter exploratório, ilustrado a partir do emprego.

Pensar o trabalho como ontológico é entendê-lo como principal atividade transformadora que diferencia o ser humano de seu estado natural, ou seja, o ser humano se constitui enquanto ser social. É somente quando há a transformação da natureza usando algum instrumento e com um fim pré-determinado que surge o ser social. A partir do trabalho se desenvolve a comunicação, novas formas de satisfação das necessidades, assim como novas necessidades. É um movimento de desenvolvimento de aptidões e descoberta do novo. Ainda que o animal realize suas atividades e satisfaça suas necessidades, essas são realizadas em função de sua própria natureza biológica. Os pássaros, por exemplo, não projetam a construção de seus ninhos, os fazem por instinto. Além disso, ainda que tenhamos necessidades fisiológicas tal qual os animais, já não as satisfazemos de forma natural e direta.

O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trate-se de uma transformação prática), transforma também seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social (NETTO e BRAZ, 2012, p. 46).

Já pensar o trabalho no atual modo de produção capitalista do século XXI, requer entender como este foi incorporado e teve sua característica principal modificada em razão do objetivo maior do capitalismo: o processo de valorização do capital via extração da mais valia. Nesse sentido, o trabalho ganha o fardo atribuído à frase de Confúcio. É cansativo, degradante, fonte de desigualdade e alienante, visto que o salário não corresponde à quantidade de horas que o (a) trabalhador (a) contribuiu e que há o enriquecimento de uma classe em detrimento da força de trabalho de outra, burguesia e proletariado respectivamente. A classe trabalhadora é, no modo de produção capitalista, destituída inclusive dos frutos de seu próprio trabalho. A mercadoria ganha forma de algo maior que seu próprio criador, como se existisse para além dele. Esse fenômeno é o que Marx nomeou de alienação.

É intrínseco à sociedade capitalista o caráter exploratório do trabalho, no qual a força de trabalho é transformada em mercadoria, sendo única fonte de renda de homens e mulheres da classe trabalhadora que diariamente convivem com os rebatimentos da luta de classes, provenientes da dicotomia entre classe trabalhadora e burguesia.

Assim, o capital não explora capital constante (os meios de produção, o trabalho morto) – explora a força de trabalho, o trabalho vivo. Por isso, o capital foi comparado por Marx ao vampiro: só existe “sugando trabalho vivo e [...] vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (NETTO e

BRAZ, 2012, p. 115-116).

Ao entrar na temática do trabalho existente na sociedade de classes, faz-se fundamental falar sobre a “questão social”, a fim de promover maior qualidade ao debate. Não é possível, sob um viés marxista, pensar o trabalho sem lhe atribuir historicidade e ao fazê-lo, a “questão social” surgirá como um dos pontos principais. Desde os primórdios a desigualdade se fez presente. Contudo, é somente na década de 1830, na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, que surge a expressão “questão social” (Netto, 2001), fruto de um novo pauperismo surgido na Revolução Industrial, ocorrida na Europa entre os séculos XVIII e XIX, resultado da mudança radical promovida na vida da população trabalhadora a partir da substituição do trabalho artesanal por trabalho assalariado. Daí a explicação para o uso das aspas, diferenciando a expressão “questão social” surgida a partir de uma nova organização da classe trabalhadora para aquela antes usada para se referir a problemas da sociedade que deviam ser encarados de forma isolada, entendendo como uma questão de cada indivíduo.

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII, trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial [...] Se não era inédita a desigualdade entre várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação da fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza (NETTO, 2001, p. 42).

Pela primeira vez na história a pobreza crescia na mesma medida em que aumentavam as possibilidades de expansão da riqueza. É o que Marx (1985) fala no 23º capítulo de “O capital”, quando discorre acerca da Lei Geral da Acumulação Capitalista, ou seja, ao mesmo tempo em que o capitalismo se desenvolvia, a “questão social” ganhava formas mais complexas e se acentuava. A “questão social”, então, não está ligada à escassez de recursos e sim, à dinâmica que rege a distribuição dos mesmos.

Ao longo do tempo, a “questão social” passou a ser naturalizada, tratada a partir de um viés psicologizante, individualizada, vista dissociada de sua historicidade e dos fundamentos do modo de produção capitalista. Essa visão a-histórica é favorável à propagação do pensamento burguês, impregnado por valores de competitividade, individualismo e consumismo, visto que instaura a ideia de que a história é imutável, que o desemprego, a fome e a miséria, por exemplo, são intrínsecos a toda e qualquer ordem social, não havendo

possibilidade de mudança que não aquela realizada pelo próprio indivíduo, que se esforçou e mereceu as mudanças de suas condições de vida. Um em um milhão.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2001, p. 45).

No centro da máquina de exploração capitalista há ainda opressões que historicamente recaíram de forma mais incisiva sobre determinados grupos em detrimento de outros, ditando a cultura e o modo de organização do trabalho que conta com uma divisão realizada com bases no sistema sexo/gênero (IZQUIERDO, s/d). Sexo e gênero constantemente são tratados de forma conservadora no senso comum, como dois conceitos que são interligados previamente em cada ser humano, ou seja, ao nascer macho o indivíduo iria necessariamente se identificar com as características relegadas ao ser masculino, o mesmo ocorrendo com aquelas que nascerem fêmeas. Em função do sexo são atribuídos aos seres humanos determinado gênero, feminino ou masculino. Há então uma significativa disparidade no tratamento entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que há forte semelhança entre os mesmos grupos sexuais, sendo assim, esses vão adquirindo características significativamente parecidas.

Há de se ter atenção para não estabelecer uma dualidade entre os termos “sexo e gênero”. A autora Saffioti, irá defender que ambos formam uma unidade pois “não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2015, p. 116), ou seja, sexo e gênero se ligam a partir de uma construção social, uma vez que o gênero é construído a partir da vivência no mundo. Souza (2006) concorda com Izquierdo ao fazer análise do sexo biológico e sua significação na sociedade capitalista

Os seres sociais nascem dotados de características biológicas como sexo e etnia, características que, nas sociedades de classe, são consideradas, não como diversidades que enriquecem o gênero humano, mas como fonte de desigualdade em que se ancora a própria lógica da exploração de uma classe por outra (SOUZA, 2006, p. 128).

Para tratar do gênero é necessário compreendê-lo a partir da construção social e cultural dos seres humanos. Essa categoria será abordada mais detalhadamente em outro momento desse trabalho de conclusão de curso, no entanto, não é possível discorrer acerca do modo de produção capitalista, produção e reprodução sem passar pelo debate já no primeiro

momento. O masculino e o feminino hoje se referem a certos comportamentos e símbolos que foram associados a um ou outro sexo, criando certa padronização e “regras”, muitas vezes veladas, a serem seguidas. A configuração da própria família nuclear burguesa é categórica para entender essas regras e comportamentos que muito comumente são moldados desde a infância de forma sutil.

Além da construção da subjetividade, os gêneros interferem também diretamente e concretamente na produção e reprodução material da vida. A estrutura econômica da sociedade se organiza a partir das relações que são estabelecidas de acordo com os gêneros. Essa distribuição das tarefas que organizam e produzem a vida é feita de acordo com o “sexo, classe, idade, raça etc” (IZQUIERDO, s/d).

Os modos como o masculino e o feminino contribuem para a produção da vida são diferentes. Bruschini (2000), quando se propõe a traçar um histórico do conceito de família, escreve sobre a função econômica da família. Segundo a autora, antes da aparição do capitalismo, a função econômica da família estava ligada à produção propriamente dita, ou seja, cada membro da família tinha uma função pré-determinada e contribuía, dentro ou fora do espaço doméstico, para a sobrevivência de todos os membros.

A desvalorização e o ocultamento do trabalho doméstico que hoje conhecemos não faziam parte do cotidiano das famílias. As tarefas domésticas, embora restritas à unidade familiar, eram executadas ao lado de outras atividades ligadas diretamente à produção social. Com as transformações ocorridas com o advento da industrialização houve uma ruptura que provocou o surgimento de duas esferas distintas: de um lado a unidade doméstica, de outro a unidade de produção. A essa fragmentação correspondeu uma divisão sexual do trabalho mais rígida do que a que predominava anteriormente. Às mulheres coube principalmente a realização de tarefas relativas à reprodução da força de trabalho na esfera privada do lar e sem remuneração, enquanto ao homem coube o trabalho produtivo extraluar, pelo qual passou a receber uma remuneração (BRUSCHINI, 2000, p. 64-65).

Segundo Garcia (1999) *apud* Bezerra e Veloso (2015) é quando a sociedade passa a se organizar em classes que a reprodução ganha significados diferentes em cada uma delas. A burguesia, através da reprodução, traria ao mundo seus futuros entes privilegiados, perpetuando a tradição da classe, e a classe dominada, abasteceria o contingente da massa explorada.

Com a quebra do padrão de organização do modo de produção agrícola, a industrialização tem como cerne a exploração máxima da classe trabalhadora. Não havia demasiada preocupação com a reprodução. Mulheres, crianças e homens eram empurrados

(as) para as fábricas. Quando a classe trabalhadora começa a se organizar exigindo melhores condições de trabalho, a mulher passa a ser mais “valorizada” no espaço doméstico.

(...) A princípio o capital pode explorar indiscriminadamente todos os indivíduos, sem se preocupar com a reprodução da força de trabalho; com o tempo precisou preocupar-se concomitantemente com os ritmos de produção e de reprodução, e, nesse sentido, as mulheres passaram a ser discriminadas no âmbito da produção, com intuito de mantê-las em casa (BEZERRA E VELOSO, 2015, p. 49).

Desde a industrialização, quando o capitalismo dava seus primeiros passos, ao gênero masculino já era delegada a esfera pública da vida. A transformação da natureza, as relações políticas, a transformação do mundo através de conhecimento científico, ou seja, a produção da vida fica encarregada ao gênero masculino. Já à esfera feminina são delegadas as tarefas da produção e reprodução da vida humana, tanto biologicamente (reprodução sexual), como no cuidado, no zelo, havendo inclusive uma diferença quanto à valoração, no qual o masculino é considerado superior ao feminino, sem que se faça a mediação de que aquilo dito feminino cria condições para a produção continuar ocorrendo. Não raramente é possível identificar discursos que propaguem a ideia de que o trabalho doméstico, por exemplo, realizado pela mulher que ou abriu mão da carreira ou acumula jornadas duplas e triplas de trabalho, é fácil e por isso, desvalorizado. A “questão social” possui então uma dimensão de gênero (Bezerra e Veloso, 2004), referente às injustiças e iniquidades em que estão vivendo os sujeitos sociais, principalmente as mulheres, as mais prejudicadas nesse quadro de relações sociais.

Ainda que anos mais tarde a mulher ocupe também a vida pública, ela ainda é a protagonista quando se trata de reprodução social, visto que não vivencia seu espaço na vida pública nas mesmas condições que o homem. Soma à jornada de trabalho, os cuidados com os filhos e os afazeres domésticos, além de receber salários inferiores pelos mesmos cargos na vida pública. Ao assumirem todos esses papéis contribuem de diferentes formas para a produção da riqueza social, afinal, seria largamente oneroso para o capital arcar com os custos da reprodução da força de trabalho. Isso significa que apesar da desvalorização do trabalho doméstico realizado de forma gratuita, ele é extremamente necessário.

Há então uma separação do lugar onde a principal atividade econômica é desenvolvida (fora da casa) e o lugar onde a reprodução da vida continua ocorrendo (os cuidados com os/as filhos/as, com os/as velhos/as e doentes, moradia e lugar das refeições) – dentro da casa (SOUZA, 2006, p. 105).

Essa divisão entre as duas esferas provoca um estranhamento mútuo e alienação em ambas as partes já que não é possível que essa dicotomia exista sem perda de sentido, pois masculino e feminino possuem uma relação dialética entre si, ou seja, são dois opostos que

formam um inteiro único e indivisível. Não se trata, portanto, apenas de uma dimensão ideológica. A constante afirmação da ideologia patriarcal reforça a subjugação econômica. Tratar do masculino e feminino na sociedade requer obter importantes elementos para entender a economia e o modo como essa se organiza.

Nesse processo, separa-se a fábrica, local de produção de valor, (que produz valor novo, essencial, no capitalismo, para a produção da mais-valia), do domicílio, local de reprodução da vida (em que se reproduz, não se cria valor novo, não se extrai mais-valia). Ao separar esses mundos, valorizando moralmente o mundo da produção e tornando o mundo da reprodução ideologicamente desvalorizado, o capital garante a produção e a reprodução, quando divide ao meio a classe trabalhadora, entre homens e mulheres, e não remunera as tarefas de reprodução, que, para ele, são essenciais, apesar de não gerarem valor. De quebra, ao dividir o mundo da exploração (que se dá no local do trabalho) do mundo da opressão (que se dá nas relações privadas, de gênero, etnia), obtém considerável ganho (SOUZA, 2006, p. 104 – 105).

Assim, o trabalho não é um momento isolado na vida dos seres humanos. A classe social na qual uma pessoa pertence determinará o modo com que ela irá se colocar e se enxergar diante do mundo. Essa breve contextualização acerca das especificidades do trabalho no modo de produção capitalista, tal qual da produção e reprodução social, é o ponto de partida para se pensar a gravidez na adolescência vivida em larga escala pelas meninas da classe trabalhadora, a partir de um viés que não esteja em consonância com uma visão moralizadora e culpabilizante, culpa essa que recai principalmente sobre as mulheres.

1.2 – Patriarcado e gênero: a dupla dinâmica.

O uso do termo patriarcado não é um consenso entre os (as) pensadores (as). Isso porque o termo “gênero”, por se tratar também das relações entre homem – homem, mulher – mulher, seria mais abrangente, enquanto o primeiro tem seu enfoque na supremacia do homem e se dedica especificamente às relações entre homens e mulheres, apesar de ele ser reproduzido para além da figura do homem (patriarca). Uma mulher pode reproduzir o poder do patriarca com seus filhos, por exemplo.

Contudo, acreditamos não ser possível suprimir o termo supracitado sem que haja uma grande perda teórica, isso porque “patriarcado” se refere à dominação/exploração específica, na qual os homens exercem poder sobre as mulheres. É um sistema de dominação e exploração das mulheres.

Se é específico, requer, portanto, estudos que se debrucem sobre essa especificidade. A ausência de definição ou nomeação poderia relegar essa forma de opressão ao segundo plano, dificultando seu combate. Saffioti (2015, p.60) elenca, no mínimo, cinco argumentos

para se manter o uso do patriarcado, são eles: se trata de uma relação privada, mas civil; Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres; Representa um tipo hierárquico de relação; Tem uma base material; Corporifica-se e representa uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência.

Visto isso, parte-se da compreensão de que pensar em patriarcado requer, apesar de ele surgir no seio da família e no ambiente privado, transpassar as barreiras do âmbito familiar e expandir o pensamento para o público, para linguagem, cultura, legislação, enfim, para organização da sociedade. O contrato social desatrelado do contrato sexual é um raciocínio defendido por muitos. Esse último teria relevância apenas na esfera privada, assim, o patriarcado não teria importância para o mundo público (SAFFIOTI, 2015). Esse pensamento é, na nossa visão, um ponto de vista que não abarca toda a complexidade do termo, pois as relações de poder patriarcais ultrapassam as famílias, a sociedade civil e se aloca também no Estado.

Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados (SAFFIOTI, 2015, p. 57).

O sistema patriarcal é legitimado (ideológica e economicamente, como afirma Saffioti (2015)) e naturalizado, de tal forma que pensar em sua gênese e nas formas assumidas por ele na sociedade é uma tarefa árdua. Sua base econômica também nos oferece subsídios para pensar em um dos aspectos que se somam às inúmeras mediações que explicam a elevada disparidade entre o número de gravidez na adolescência ocorrida nas camadas mais pobres e nas mais ricas⁷.

A base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. *Seja para induzir as mulheres a ter um grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre filhos, o controle está sempre em mãos masculinas* (SAFFIOTI, 2015, p. 113, grifos nossos).

Segundo, Delphy (2009) o patriarcado assume o sentido social que atribuímos aqui, o de “dominação masculina”, nos anos 1970 com a “segunda onda do feminismo⁸”, movimento

⁷ “No Brasil, a incidência da gravidez na adolescência é maior nas populações de baixa renda e escolaridade” (VENTURA, 2009, p. 281)

⁸ “O segundo momento do feminismo no Brasil teria nascido durante o clima político do regime militar no início

iniciado na década de 1960. Anteriormente o termo patriarcado estava ligado à Igreja.

Antes do século XIX e da aparição de um sentido ligado à organização global da sociedade, o patriarcado e os patriarcas designavam os dignitários da Igreja, seguindo o uso dos autores sagrados, para os quais patriarcas são os primeiros chefes de família que viveram, seja antes, seja depois do Dilúvio. Esse sentido ainda é encontrado, por exemplo, na Igreja Ortodoxa, na expressão “o patriarca de Constantinopla” (DELPHY, 2009, p. 173).

O patriarcado não se trata de uma organização natural da sociedade. A opressão exercida pelos homens não se explica apenas pela biologia, apesar de ela ser importante para o debate. É uma construção histórica. Há exemplos de comunidades que viviam a partir de uma divisão do trabalho em que não havia diferença quanto à valoração do feminino ou masculino, o homem não era considerado superior à mulher.

Engels (2014) irá dizer que o patriarcado surge com a propriedade privada, donde origina a subordinação da mulher, portanto, é anterior ao capitalismo, não podendo se confundir com o mesmo. Desde as sociedades ditas primitivas, a própria condição física (gravidez, amamentação) da mulher já determinava seu lugar na produção (esfera privada). Segundo o autor, antes da propriedade privada, a propriedade era coletiva e a herança era pautada pela “matrilinearidade” ou “direito materno”. Isso porque não se tinha o conhecimento do papel do homem na geração da vida, então só se podia afirmar a mãe da criança nascida, não o pai.

Sendo assim, se a mulher tinha um companheiro que gerenciava a terra e ele falecia, a herança não iria para ela ou para o filho dos dois, voltava para família dele, geralmente para seu o irmão. Após acúmulo de conhecimento, anos mais tarde, para ocorrer a transição do direito materno para o paterno, consolidou-se a monogamia. Essa estratégia foi criada para se ter certeza que a criança era filha de determinado pai. Dessa forma, a monogamia nos seus primórdios não se deu como fruto do amor sexual individual, ao menos se baseou em condições naturais, ela surge a partir da demanda econômica. Engels (2014) ainda acrescenta que “(...) o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia” (p. 79) já que

dos anos 1970, o qual foi uma síntese tanto da desvalorização e da frustração de cidadania no país, quanto de um reforço na opressão patriarcal e teria se caracterizado por um movimento contrário de liberação, no qual as mulheres discutiam a sua sexualidade e as relações de poder, deslocando a atenção da igualdade para as leis e os costumes. As organizações de mulheres que se levantaram em oposição ao militarismo formaram muitos grupos que consolidaram os interesses e demandas femininas, propiciando maior articulação delas na arena pública. Esta segunda onda caracterizou-se, no Brasil e nos demais países latino-americanos, então, como uma resistência contra a ditadura militar e, por outro lado, em uma luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer.” MATOS, Marlise. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. “Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?” Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

era uma monogamia esperada apenas da mulher.

Hoje já não é possível afirmar que é a economia doméstica que sustenta a ordem patriarcal. Os mecanismos de dominação coexistem com seus próprios produtos e se confundem, ou seja, os aparatos de sustentação da ordem patriarcal estão imbricados com aquilo que surge deles, ambos cumprindo o mesmo papel.

Com a construção da lógica patriarcal tão consolidada e funcional a uma parte da sociedade, nada garante que o patriarcado não seja a “barata⁹” da revolução, ou seja, sobreviveria para além do capitalismo. Como afirma a Souza (2006) “o patriarcado é anterior ao capitalismo e pode ser posterior a ele” (p. 100). Porém, como a tarefa da superação do capitalismo é longa e árdua, interessa pensar o patriarcado à luz da época em que se pretende tratar. Por ele assumir diferentes formas de supremacia ao longo da história, não possível, assim como afirma Saffioti (2015), que se pense como semelhantes o patriarcado da Atenas clássica ao que vige nas sociedades urbano industriais do Ocidente.

No Brasil, segundo Prado Júnior (1965) o patriarcalismo teve suas bases na estrutura colonial. Embora as relações fossem atravessadas por exploração e opressão, ganhavam uma aparência natural. Daí a referência à figura do pai. Ainda que fossem dependentes de estruturas determinadas pelo senhor proprietário, tanto escravos quanto agregados, dependiam dele para satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência e proteção. Dessa maneira, vínculos além das relações de trabalho (escravo e servil) eram estabelecidos. O senhor patriarcal era, então, a base da família, agregados e empregados.

Já sobre gênero, Bezerra e Veloso (2004) apontam para a definição dessa categoria como “um fenômeno social e histórico, constituinte das relações sociais e em ampla articulação com o desenvolvimento e reprodução da sociedade” (p. 107). O gênero expressa, então, apesar de ser abordado sob diferentes ângulos pelas correntes feministas, “a construção social do masculino e feminino” (Saffioti, 2015, p. 47). Essa construção por sua vez organiza a sociedade, inexistindo uma “essência feminina” ou uma “essência masculina”.

Diferente do patriarcado, que é um caso específico das relações de gênero, o gênero pode futuramente deixar de expressar a desigualdade entre homens e mulheres, se tratando de relações igualitárias. Atualmente, no entanto, assim como desde sua gênese, traz no seu significado e na sua materialidade relações desiguais, de hierarquia e poder construídas frequentemente.

⁹ As características biológicas da barata fazem com que esse inseto seja extremamente resistente, podendo inclusive sobreviver à radiação de uma explosão nuclear caso não esteja muito próxima do calor gerado por uma bomba. Disponível em <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/por-que-as-baratas-podem-sobreviver-a-uma-guerra-nuclear>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

Os gêneros masculino e feminino têm características construídas socialmente. A partir da diferenciação em homem e mulher, macho e fêmea, são embutidas nestes sexos características a serem seguidas, criando assim um padrão. Ao dizer que alguém é mulher, supõe-se um sexo, mas também o fato de ela ser uma boa dona de casa, passiva, meiga, mãe, má motorista, afetiva, etc. Em relação ao homem, junto ao sexo, se atribui qualidades como profissional, agressivo, racional e pouco detalhista, por exemplo. Com estes termos, fazemos referência a uma realidade complexa e já pré-determinada historicamente, mas passível de mudança.

A importância de se perceber as origens sociais de um determinado padrão vigente de relações de gênero reside na constatação de que se as causas das desigualdades são sociais, também o são as suas possibilidades de transformação (BEZERRA E VELOSO, 2004, p. 108).

Diante disso, Bezerra e Veloso (2004) ainda chamam atenção para uma apreensão do gênero somente a partir da atribuição de papéis sociais. Se considerarmos importante apenas a apreensão que homens e mulheres individualmente têm do mundo, a partir do que foi socialmente delegado a um ou outro, as diferenças serão postas no âmbito das relações interpessoais, sem considerar outras formas de masculinidade e feminilidade assumidas no cotidiano. Essas características, citadas anteriormente, e que são construídas socialmente, não comportam na sua significação todas as relações de poder e hierarquias que se constituem a partir das relações de gênero. Dessa maneira, interpretar o gênero supõe entender esses papéis sociais como um elemento importante, mas não o único, visto que se deve levar em conta a dialética existente na própria dinâmica da estrutura social e não nas práticas sociais individuais.

Se a atenção se detiver apenas sobre os papéis sociais masculino e feminino, não se abordará o número fundamental da questão, que é o fato do gênero formar e ser formado pelas relações sociais (BEZERRA E VELOSO, 2004, p. 112).

O gênero supõe, portanto, as estruturas sociais e históricas que incidiram sobre os comportamentos dos indivíduos sociais que por sua vez, formam os padrões vigentes de gênero que se espraiam para as diversas dimensões da vida. Esses padrões são passíveis de transformação. Podem se resignificar a partir da realidade em que estão submersos. Cada cultura possui suas características, e assim, um padrão de gênero. É essa lógica que explica, por exemplo, o fato de em determinadas sociedades a mulher ainda estar ligada somente ao espaço doméstico, sendo considerada propriedade de seu marido e em outras não.

Diante do exposto, a partir do presente debate do patriarcado e do gênero, usado para

iluminar a reflexão acerca da gravidez na adolescência, nos remeteremos a outros elementos da constituição das relações sociais, entendendo o gênero como apenas um deles. O fato da abordagem aqui realizada não tratar dessa gravidez em massa como um fenômeno individual e meramente subjetivo, não significa, no entanto, que essas esferas não sejam importantes.

Posto isso, o capítulo subsequente, “A categoria cultura em questão”, vem na direção de apontar e destacar mais alguns itens que são importantes para tratar do referido fenômeno a partir da sua totalidade e entender as múltiplas mediações que o envolvem.

2 – A CULTURA EM QUESTÃO.

O desenvolvimento das relações de gênero está ligado diretamente à cultura na qual os sujeitos sociais estão imersos. A cultura, por sua vez, será construída por sujeitos sociais que são ao mesmo tempo produto e processo da sociedade, determinados e determinantes da mesma. Isso explica a relevância de tratar da cultura e ideologia nas quais os sujeitos sociais e históricos têm acesso. São esses elementos que darão direção às escolhas realizadas e à constituição da própria subjetividade.

2.1 – Culture, kultur, cultura.

Raymond Williams (2007) em “Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade” desenvolve um estudo que considera a trajetória histórica do conceito de “cultura”. O autor, membro da corrente britânica conhecida como “Nova Esquerda¹⁰”, inicia o verbete sobre cultura já apontando a complexidade do debate: “é uma das duas ou três palavras mais complicadas da língua inglesa” (p. 117, ANO).

A Nova Esquerda (New Left), no bojo da década de 1950, trata a cultura como algo capaz de ser produzido por todos os tecidos sociais, sem restrições, ou seja, a cultura é de todos. Nessa perspectiva, a cultura não é algo exclusivo ou privilégio de uma determinada camada social, mas algo acessível a todas as classes sociais.¹¹ Não discordamos dessa visão, porém, sublinha-se que a cultura não é homogênea, sendo necessário apontar a sociedade que estamos falando, para então, entender a qual cultura nos referimos.

Situando o surgimento da palavra no século XV, Williams (2007) afirma que o sentido principal estava ligado à lavoura, com uma ideia de cuidado, seja com a colheita ou com animais. A partir do século XVI, o entendimento se expandiu. Somou-se à ideia anterior, a noção de cuidado humano, vigente até o final do século XVIII e início do XIX.

O autor fala também da necessidade de se voltar para o desenvolvimento da palavra em outras línguas, dando destaque para a alemã. A associação feita entre civilização e cultura é datada a partir do século XVIII. Na Alemanha, a partir do século XIX, calcado do termo francês “culture”, surgiu “Kultur” ou cultura, que expressava algo diferente de civilização. Tal noção, datada do século XVIII, havia adquirido agora conotação imperialista, onde “ser

¹⁰ O movimento teórico e político – teórico no sentido de fornecer novos elementos para um novo campo de estudo e político porque se busca construir um novo projeto para classe operária – sobre os estudos culturais encontra suas raízes históricas na Europa. O intuito desse movimento foi trazer à pauta ocorrências histórico-culturais que por muito ficaram invisíveis nos textos de outrora (negros, mulheres, homossexuais, trabalhadores).

¹¹ Conteúdo apresentado na disciplina “Identidade e Cultura no Brasil”, ministrada pela professora Rafaela Ribeiro, no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2016.

civilizado” era entendido como ser “sociável” ou ter boas maneiras. Terry Eagleton (2000) sobre isso irá apontar:

O problema começa quando os aspectos descritivo e normativo da palavra “civilização” começam a se separar. O termo realmente pertence ao léxico de uma classe média europeia pré-industrial, recendendo a boas maneiras, refinamento, *politesse*, uma desenvoltura elegante nos relacionamentos. É, assim, tanto pessoal como social: a cultura é uma questão do desenvolvimento total e harmonioso da personalidade, mas ninguém pode realizar isso estando isolado (EAGLETON, 2000, p. 21, grifos do autor).

Assim, apesar de fazer referência ao início de um processo material, o entendimento do conceito se modificou ao longo da história, estando na Idade Moderna relacionado também às “questões de espírito” (EAGLETON, 2000, p. 10). Hoje o conceito pode ser reconhecido nos dois polos opostos, onde tanto uma plantação quanto uma exposição no museu fazem parte da chamada “cultura”, indo na contramão da ideia francesa de cultura como “civilização”. Eagleton (2000) defende ainda que não se trata de desconstruir uma oposição entre cultura e natureza e sim, reconhecer que o termo em si possui um significado dialético.

Outra noção ligada à cultura e que está relacionada ao “ser civilizado” é a de que ela descreve obras e práticas da atividade artística intelectual. É comum que a noção de cultura se dê exclusivamente no entendimento de que ela se resume às artes. Assim, essa se traduziria através da música, livro, teatro e dança, por exemplo. Porém esse é apenas um aspecto da cultura. O agricultor que cultiva a plantação, contraditoriamente, segundo essa visão, não seria considerado “culto” uma vez que a cultura seria considerada nesse sentido um privilégio de habitantes do meio urbano, frequentadores de museus, como exposto acima. “A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade, da criação de porcos a Picasso.” (EAGLETON, 2000, p. 10). A ideia de cultura e seu desenvolvimento mostram também a complexidade sobre a qual já nos referimos. Basta pensar na apropriação da categoria tanto pela esquerda quanto pela direita política como algo fundamental para entender a organização da sociedade.

Atualmente a cultura vem se consolidando enquanto uma área específica de estudo. Poderíamos destacar os estudos culturais (os quais tratamos aqui, mesmo que brevemente, através de autores que representam essa tradição, como, por exemplo, Raymond Williams). A cultura também vem ganhando largo espaço no debate acadêmico nas ciências sociais e aplicadas, o que inclui o serviço social.

Defende-se aqui que a cultura se expressa e materializa em visões de mundo, hábitos e estilos de vida, gostos, saberes, crenças, as noções do sagrado e proibido, os conceitos de

natureza e sociedade, os modos de executar determinadas atividades e até em práticas corporais, ou seja, “a cultura assume em algo do seu significado moderno um modo de vida característico” (EAGLETON, 2000, p. 23). José Luiz dos Santos (2006), concordando com Eagleton, irá dizer ainda:

Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos. As variações nas formas de família, por exemplo, ou nas maneiras de habitar, de se vestir ou de distribuir os produtos do trabalho não são gratuitas. Fazem sentido para os agrupamentos humanos que as vivem, são resultado da sua história, relacionam-se com as condições materiais de sua existência (SANTOS, 2006, p. 8).

Santos (2006) refere-se à cultura como “tudo aquilo que caracteriza uma população humana” (p. 12) e alega a cultura também ser resultado da interação com outras. Desse pensamento, surgem duas possibilidades: a hierarquização das culturas a partir de algum critério ou a negação desse pensamento, não subjugando uma cultura em detrimento dos critérios de outra.

No século XIX foram feitos estudos que remetiam à hierarquização da cultura, partindo da ideia de que a Europa era um ponto referencial, o ápice da cultura. As outras sociedades representariam estágios diferentes da evolução humana, numa ideia de escala. Esse esforço na busca pela classificação das culturas, além de tentar legitimar o processo de expansão e consolidação do domínio dos países capitalistas centrais sobre os demais, reforçava ideias racistas e geocêntricas, nas quais os povos que iam na contramão da ideia de cultura europeia eram considerados inferiores. Tal argumento também era usado para justificar o domínio e exploração desses povos.

Esta ideia de linha evolutiva é equivocada. Por outro lado, a relativização dos estudos da cultura também é. Para entender as especificidades culturais de um local, o principal fator a ser levado em conta não são as experiências pessoais do pesquisador, ou seja, não é um processo de dentro pra fora, isso poderia significar a recusa de aspectos objetivos da história. Ao invés do estudo das diversidades culturais, entendendo a inserção dessas culturas na história mundial, o que se teria, na verdade, seria o relativismo cultural.

O que se pretende dizer é: a caracterização de uma cultura é dada a partir dos elementos históricos que tiveram influência sobre ela. Se compararmos culturas diferentes, não deve compor o raciocínio a valoração entre melhor ou pior, inferior ou superior. As diferenças são colocadas justamente a partir dos processos históricos que incidiram sobre

aquela realidade, determinando-a tal como se apresenta.

Não há superioridade ou inferioridades de culturas ou traços culturais de modo absoluto, não há nenhuma lei natural que diga que as características de uma cultura a façam superior a outras. Existem, no entanto processos históricos que as relacionam e estabelecem marcas verdadeiras e concretas entre elas (SANTOS, 2006, p. 16-17).

A mesma lógica do pensamento acima pode ser usada para diferentes modos de vida de extratos da população de um mesmo país. Voltemo-nos para o Brasil como exemplo. Não é possível falar do país e da sua cultura sem especificar a região ou mesmo a classe social na qual nos referimos.

Assim como não é ideal relativizar, também não é possível criar hierarquias. No entanto, é importante reconhecer que a depender da classe social, gênero e origem étnico racial, algumas pessoas têm mais condições de se desenvolver em todas as suas dimensões, inclusive no que diz respeito à cultural, do que outras. Um morador de classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro, por exemplo, caso queira entender o modo de vida de moradores de determinada comunidade, não deve considerar a cultura que se expressa no local como inferior. Contudo, dadas condições concretas de vida, é provável que os moradores da comunidade tenham condições inferiores de ascender do eu singular para o humano genérico, desenvolvendo em menor escala suas potencialidades e possibilidades.

Perdurando desde o fim da Idade Média (SANTOS, 2006), a noção de hierarquização, sobrepondo uma cultura à outra, é uma ideia contrária à abordada neste texto. Havia uma ideia de “refinamento pessoal” e a cultura era a definição das formas de conhecimento dos Estados nacionais que compunham a Europa. Ainda hoje há a divisão entre cultura erudita e popular. O conceito de cultura erudita, “alta cultura”, se refere aos conhecimentos acessados apenas pelos setores das classes dominantes dos países.

Se existe “alta cultura” e ela pertence às classes dominantes, a população pobre seria a responsável por produzir “baixa cultura”, uma cultura inferior? Esse pensamento pode causar estranheza ao leitor que se apropriou do debate até aqui, contudo, não é algo superado. Séculos depois do fim da Idade Média, o Plano de Governo¹² do ano de 2016, do então candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro (PSC), fez referência à alta cultura.

Como medida para mudar a educação e a cultura na cidade, estava a criação de um Fundo de Cultura que estimulava o investimento da iniciativa privada em ações que envolviam o estímulo ao acesso à alta cultura pela população de baixa renda. Além disso, no

¹² Plano de governo do candidato Flávio Bolsonaro. Disponível em <http://flaviobolsonaro20.rio/plano_de_governo.pdf>. Acesso em: 29 de Out de 2016.

plano de governo, estavam previstas “outras ações em defesa de uma educação e cultura de alto nível para a população carioca”. Em um programa de TV¹³ o candidato foi mais específico e indicou o que ele entendia por alta cultura: teatro, concertos, apresentação da orquestra sinfônica e grande eventos nacionais.

Os meios de produção não são acessíveis a todos, logo, o conhecimento também não é. Isso cria a ideia de que o conhecimento, como a filosofia, as ciências ou aqueles que são produzidos dentro de instituições como as universidades, acessível apenas a certas camadas, é superior aos demais. A grande ironia apontada por Santos (2005) está no fato de até a cultura popular ser definida pelas classes dominantes.

É importante ressaltar que é a própria elite cultural da sociedade, participante de suas instituições dominantes, que desenvolve a concepção de cultura popular. Esta é assim duplamente produzida pelo conhecimento dominante. Por um lado porque, na formação de seu próprio universo de legitimidade, muitas manifestações culturais são deixadas de fora; por outro porque é o conhecimento dominante que decide o que é cultura popular (SANTOS, 2006, p. 55).

A máquina do Estado aparece como uma expressiva influência no que tange à cultura. Saffioti e Almeida (1995) *apud* Bezerra e Veloso (2004) tratam a ideologia como um projeto de estruturação da sociedade, a partir dos interesses de quem o criou. Cria-se um conjunto de ideias, apresentado como única verdade quando, na realidade, ele foi construído ideologicamente, sendo, portanto, passível de ser repensado. Esse mesmo Estado é representante de um padrão hegemônico de cultura e também do gênero, tornando-se representante de uma burguesia minoritária e dos seus interesses. Ainda que na aparência seja neutro, ele reproduz uma ideologia, a fim de conquistar a hegemonia, obter consenso e assim, legitimar seus interesses em vários setores da sociedade.

A manutenção da ordem dominante está ligada não só aos domínios econômico e político, mas também ideológico. Gramsci *apud* Bezerra e Veloso (2015) afirma que a ideologia não é uma falsa consciência, mas corresponde a uma visão de mundo ligada a uma ética. Não é algo se reduz ao conhecimento. A ideologia está ligada à ação dos seres humanos, dando direção aos seus comportamentos, esses podendo manter ou transformar a realidade em que estão inseridos. Dessa forma, a ideologia é um importante elemento, determinante ontológico do ser social e da realidade.

Mezsáros (2004), acertadamente, expõe que enquanto houver interesses inconciliáveis

¹³ O programa de TV no qual falamos foi exibido no dia 23 de setembro de 2016 pela emissora Rede Globo de Televisão. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=pHiz8m5tapU>>. Acesso em: 21 de fev. de 2017

emergentes das diferentes forças hegemônicas, próprias da atual ordem social de “dominação e subordinação estrutural” (p. 13), a ideologia é inevitável nesse jogo de disputa de conflitos. Nesse cenário, a aparência da neutralidade ideológica só camufla aquilo que para o autor é um fato: a ideologia é inevitável. A própria ideia de algo destituído de ideologia já carrega ideologia em si.

A realidade é que na sociedade de classes tudo está saturado de ideologia, sejam elas declaradas ou não. Para o autor, a ideologia é “uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada” (MÉSZÁROS, p. 65, 2004). Desse modo, é insuprimível da sociedade de classes, onde é preciso articular valores e estratégias para exercer influência sobre os processos materiais e assim, disputar os interesses sociais que se relacionam como em um emaranhado de fios, conflituosamente.

Assim, as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam, de modo mais, ou menos, aberto, articulando sua visão da ordem social correta e apropriada como um todo abrangente (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

Mészáros ainda coloca que a ideologia dominante controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Em consonância com esse último autor, Eagleton (2000) para se referir à ideologia na qual o Estado lança mão para disputa de hegemonia, fala que o Estado “precisa incutir em seus cidadãos os tipos adequados de disposição espiritual” (p. 16).

Bezerra e Veloso (2015) ao discutirem a desigualdade de gênero também tratam da questão de hegemonia. Para isso, destacam o pensamento de Gramsci, que não entendeu a hegemonia reduzida à junção de interesses econômicos e políticos, essa também “incluía afinidades culturais” (BEZERRA E VELOSO, 2015, p. 110). Isto posto, para que o proletariado faça aliados com o objetivo da superação de interesses meramente econômico-corporativos, em prol de uma consciência ético-política, é preciso ele se atentar às questões ideológicas, reservando atenção especial a essa dimensão.

Além do Estado, a sociedade civil carrega consigo a possibilidade de criar uma contra-hegemonia, ou seja, uma nova cultura. A batalha das ideias ocupa um lugar privilegiado na luta pela hegemonia.

Vale sublinhar que assim como os modos de vida são reflexo da cultura, a cultura também se molda e modifica a partir do desenvolvimento e desdobramento das relações sociais construídas em um determinado modo de vida. Existe uma relação de mutualismo, onde as duas partes contribuem uma com a outra. “A natureza produz cultura que transforma

a natureza” (EAGLETON, 2000, p. 12). Os sujeitos são produtos e processos da sociedade, sofrem influências, impactos e consequências do contexto social na qual estão inseridos e vice-versa. Existem determinações históricas mas existe também a ação teleológica de seres humanos livres, que são orientadas pelas suas visões de mundo, sua subjetividade. Essa subjetividade, no entanto, foi criada a partir da sua inserção no mundo, é construída também historicamente.

Quais as informações, condições concretas de vida e relações sociais os sujeitos tiveram acesso e como isso influencia na formação das subjetividades? A subjetividade do sujeito social tem um papel fundamental na compreensão, na formação do indivíduo e da realidade social. “Esta é tanto produto quanto produtora de tal realidade, bem como contextos histórico-sociais” (BEZERRA E VELOSO, 2004, p.113).

Classe, gênero e raça determinam a cultura e assim, são constituintes das relações sociais, portanto, são constituintes das identidades dos sujeitos. Esses eixos estruturam a realidade social e não podem ser tomados separadamente. O processo de subjetivação-objetivação é realizado pelos indivíduos com base na interação desses eixos. Aquilo que é “exterior” ao indivíduo está ligado diretamente com a produção da sua “interioridade”. A subjetividade e objetividade estão diretamente ligadas.

Ao apropriarem-se dos resultados de suas práticas, os indivíduos subjetivam-se, e objetivam-se através de sua atividade. Compreende-se, finalmente, que os processos de subjetivação-objetivação - pensamentos dos sujeitos que guiam suas escolhas - não são totalmente “livres”, ou seja, não são realizados por pessoas isoladas, que não sofreram influências do ambiente em que estão inseridas (BEZERRA E VELOSO, 2004).

Sublinha-se que as possibilidades existentes quando falamos de “cultura” não se encerram nelas mesmas. Não estamos falando da apreensão de uma dimensão isolada da realidade. Essa visão culturalista, ligada à pós-modernidade, é unilateral e trata a cultura de maneira rasa, desvincilhada da dimensão material e separada de outros aspectos da vida social.

Aqui vale um contraponto com o movimento da pós-modernidade. Principalmente por essa corrente teórica se apropriar da categoria cultura de forma oposta à trabalhada por nós.

Segundo Santos (2004), o movimento pós-moderno é datado a partir da sociedade pós-industrial, na década de 1950, quando houve mudança nas ciências e nas artes e invade o cotidiano dos indivíduos “desde alimentos processados, até microcomputadores” (SANTOS, 2004, p. 8). Assim, a pós-modernidade teria influência na cultura e nas relações sociais pois seria uma nova forma de enxergar o mundo. O trabalho não teria mais centralidade, tudo

agora seria efêmero e sem causalidade, como se todos os fenômenos só existissem no aqui e agora, sem relação com a história. Harvey (1989) define a o pensamento pós-moderno de uma maneira crucial para entendermos a oposição entre ele e o que tratamos aqui. Segundo esse autor, “a fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar um termo favorito) ‘totalizantes’ são o marco do pensamento pós-moderno” (HARVEY, 1989, p. 19).

Hall (2002) aponta que na pós-modernidade, as identidades modernas estariam entrando em colapso. Assim, as paisagens culturais de classe, sexualidade, raça, etnia, gênero e nacionalidade estariam todas fragmentadas. O sujeito social não se reconheceria enquanto a junção dessas várias identidades, mas a partir de uma ou outra, sem fazer relação entre elas. Essa fragmentação da vida estaria mudando as identidades pessoais, provocando uma crise de identidade, já que o sujeito se perderia de si mesmo devido à falta de estabilidade do mundo pós-moderno. Essa crise faria parte de um processo mais amplo de mudança, ou seja, a crise da modernidade estaria abalando as estruturas e os processos centrais dessa sociedade, o que geraria um abalo nos sujeitos devido à perda dos sentidos e da solidez do mundo moderno. A identidade do sujeito pós-moderno que, anteriormente, tinha uma identidade unificada e estável, agora estaria se tornando fragmentada, composta de várias identidades.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (...) A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2002, p. 13).

Essa produção acadêmica não concorda com tal visão. Assim, aquilo colocado como pós-modernidade, para nós, são desdobramentos da sociedade moderna e suas modificações ao longo do tempo. Acreditamos na totalidade e na universalidade, inclusive essas categorias reforçam a importância do tema tratado aqui. Os defensores da pós-modernidade veem a cultura como efêmera e sem historicidade, como se as explicações para os fenômenos não fossem sociais. Os rebatimentos dessa visão estão nos meios de combater as desigualdades expressas nas relações desiguais das quais viemos falando. Meios esses que, conseqüentemente, serão focalizados, sem associar os inúmeros fatores que incidem no fenômeno. Os eixos fundantes da vida se relacionam de forma fragmentada.

O desenvolvimento de uma nova cultura, livre das desigualdades de gênero e tantas outras, perpassa pela indispensável tarefa de discutir a realidade social a partir de sua totalidade.

Após a discussão ampliada da cultura, discutindo o desenvolvimento do termo e sua contribuição para pensar a vida social, o próximo subitem se concentra na formação cultural específica do Brasil. Um país que passou por grandes acontecimentos históricos – colonização, escravidão – não se desenvolve da mesma maneira que países considerados desenvolvidos. Os aspectos particulares da nossa realidade – assim como a gravidez na adolescência das meninas pobres – só ganham significados a partir de um olhar que contemple a sua trajetória histórica. É preciso olhar para o passado para entender o presente.

2.2 – A particularidade brasileira.

Quando partimos do aspecto da cultura para tratar de um povo, é fundamental levar em conta os processos históricos nos quais o mesmo esteve inserido. No caso do Brasil, as raízes do nosso processo de colonização, da escravidão, da transição ao capitalismo e dos processos de revolução “pelo alto” (COUTINHO, 2000), explicam vários elementos da nossa cultura.

Caio Prado Júnior (1965) busca entender o presente a partir de elementos do passado. De acordo com o autor, as particularidades da nossa constituição nacional explicam o Brasil contemporâneo. O processo de colonização, a abolição das pessoas escravizadas e a proclamação da República são acontecimentos centrais.

É pertinente dizer que no Brasil a população não pertencente à elite estava inserida nos processos históricos sem, necessariamente, ter uma consciência crítica ou participar ativamente no que diz respeito a assuntos políticos. É histórica a exclusão das camadas populares no processo decisório da vida política e social.

Coutinho (2000), à luz de Gramsci, trata do conceito de “Revolução Passiva”, ou seja, muitas transformações que ocorreram aqui foram impostas “pelo alto”. A Independência do Brasil em 1822, por exemplo, não se deu enquanto uma conquista popular. A Independência se deu, inclusive, sem o conhecimento de grande parte dos que aqui viviam. Esse acontecimento não mudou as estruturas de poder. Se quer é possível falar sobre uma sociedade civil nessa época, como veremos a seguir.

Ademais, as origens da nossa formação econômico-social vinham do exterior, tendo uma significativa influência na questão cultural. A junção de três raças muito diferentes entre

si em termos de língua, religião, tradições – índios, negros e homens brancos – não significou mais possibilidades de desenvolvimento e crescimento em termos de relações humanas. Durante o período colonial, não existia de fato uma cultura nacional expressiva e organizada ao ponto de se constituir enquanto forte oposição à cultura europeia, que na época estava se transformando em cultura universal. A nossa condição de país subordinado ao desenvolvimento econômico mundial nos levou a buscar expressões culturais e ideológicas na Europa.

Isso não significa que a cultura indígena e a cultura negra não tiveram importante participação na constituição da cultura brasileira. A contribuição do negro e do índio para a formação brasileira vai muito além do fornecimento de mão de obra durante um longo período da nossa colonização.

Coutinho (2011), no entanto, esclarece que as culturas índia e negra não são excluídas do processo de formação da cultura. Porém o papel que desempenharam não ficou ileso das influências das matrizes europeias. Nos momentos em que houve resistência à mistura, “as culturas índia e negra transformaram-se ou em folclore ou na expressão de grupos marginais” (COUTINHO, 2011, p.40).

A riqueza de suas culturas – negros e índios – valores e tradições foram, em grande parte, corrompidas pelas condições impostas a essas etnias no processo da constituição da nossa sociedade. Desde o início da nossa formação, negros e índios são tidos como raças inferiores, como se o objeto principal de suas existências fosse servir como força de trabalho superexplorada, despendendo o mais simples e mais rigoroso esforço físico.

Assim, os elementos da cultura negra e indígena no Brasil foram submetidos ao domínio do homem branco, à cultura europeia e à religião cristã. Não é por acaso que até os dias atuais essas raças são vistas de forma depreciativa. Essa visão se perpetuou ao longo dos tempos.

Isso significa que a gênese da nossa formação tem no trabalho escravo e servil, na subjugação do negro e do índio à cultura branca europeia e na exploração econômica das riquezas naturais, as bases para a constituição da sociedade brasileira no período colonial (BONFIM, 2015, p. 61).

Essa cultura universal europeia, dessa forma, de alguma maneira fazia parte da formação nacional como um elemento que não, necessariamente, era imposto, uma vez assimilado internamente por determinada classe ou extratos de classe ligados ao modo de produção do país. Ora, estamos falando de uma ideologia que tomou conta de tantos corpos que se estabeleceu um modo de produção baseado no racismo.

Em suma: quando o pensamento brasileiro “importa” uma ideologia universal, isso é prova de que determinada classe ou camada social de nosso país encontrou (ou julgou encontrar) nessa ideologia a expressão de seus próprios interesses *brasileiros de classe* (COUTINHO, 2012, p. 41).

O processo de colonização no Brasil, segundo Prado Júnior (1965), estava ligado à ideia de que aqui não era terra de ninguém. Mesmo após a Independência e a proclamação da República, essa dinâmica do saque se perpetuou, se transformando em diferentes formas de corrupção. Bonfim (2015) afirma que essa lógica dificultou ao longo da nossa história, o surgimento de valores voltados para o humano-genérico, ou seja, para uma coletividade que não se expressa a partir de pequenas individualidades ou da vontade da maioria, mas sim pautada no reconhecimento pelos sujeitos das similaridades.

Posteriormente, a transformação capitalista, ou seja, transição de uma sociedade baseada no regime escravo para uma contendo trabalho assalariado, também pode ser entendida pela chamada "Revolução Pelo Alto". A modernização e mudança para o capitalismo também se deram do topo para base. Não se pode dizer que quando a Princesa Isabel, em 1888, sancionou a Lei Áurea, que colocava um fim – formal – ao trabalho escravo, não trouxe conquistas aqueles que eram escravizados. Entretanto, não foi a empatia com o sofrimento da população negra que culminou na abolição da escravidão. Foi a necessidade econômica o “nobre” motivo que levou a tal.

Como o sistema escravocrata já estava em colapso, surgia a necessidade de a maioria da população ter acesso à renda para se tornar mercado consumidor. Daí também se emprega o termo "Via Prussiana"¹⁴, que remete a associação de interesses, ou seja, um acordo político, que com uma fusão de interesses econômicos desencadearão mudanças políticas.

Iamamoto (2013, p. 152) afirma que o desenvolvimento do capitalismo e a questão nacional implica a questão da cultura. Isso porque não serão modificadas apenas as configurações de classe, mas também as disparidades regionais, a miscigenação racial, a formação de um patrimônio cultural e linguístico, as diferenças da constituição do feminino e masculino, as lutas pela conquista da cidadania, entre outros elementos que têm relação direta com o desenvolvimento cultural.

¹⁴ De acordo com Eduardo Granja Coutinho (2012, p. 323), “Carlos Nelson parte do reconhecimento de que, no Brasil, os processos de transformação social (Independência, abolição da escravatura, República, modificação do bloco do poder em 1930 e 1937 etc) ocorreram sempre no quadro de conciliação com o atraso, segundo aquilo que Lenin (e posteriormente Lukács) chamou de ‘via prussiana’ e Gramsci, analisando o processo de unificação italiano (*Risorgimento*), designou ‘revolução passiva’. No Brasil, como na Itália e na Prússia (daí a expressão ‘via prussiana’), em vez das velhas forças sociais extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da ‘via francesa’, a alteração social se fez (e se faz) mediante um reformismo ‘pelo alto’, mantendo-se marginalizadas ou reprimidas as classes e camadas sociais de baixo”.

Florestan Fernandes (2004) alega que a particularidade da revolução burguesa no país está no fato de ela ter se realizado sobre uma herança deixada pela escravatura. Essa revolução não contou com a participação do trabalhador “livre”, negro, índio, imigrante. Mesmo sentido que Coutinho (2000) emprega à “Revolução pelo alto”.

Segundo Netto (1996), inicialmente, o capitalismo no Brasil se desenvolveu diferente de outros lugares. Na condição de país colonizado, aqui não foram superadas formas arcaicas de organização política e social que existiam no período pré-capitalista, essas foram apenas reintegradas e reorganizadas. Enquanto os principais países da Europa entravam numa nova etapa do capitalismo mundial – capitalismo concorrencial para o monopolista –, o Brasil estava vinculado a uma estrutura social com traços de colonialismo.

Gramsci formulou também dois conceitos importantes e marcantes de suas obras que destacamos aqui: sociedade civil e hegemonia (Coutinho, 2011). Segundo o autor, a sociedade civil surge no interior do Estado. Nela estão contidos os partidos, os movimentos sociais e diferentes organizações, tudo o que contribui para que a sociedade participe mais ativamente da vida política, do mundo público e lute pela hegemonia. A sociedade se configura ainda como uma arena da luta de classes, já que no interior da sociedade civil as classes disputarão a hegemonia, por isso o termo “aparelhos privados de hegemônias” é originário da sociedade civil. Vale ressaltar que mesmo que Gramsci não tenha falado especificamente do Brasil, conseguiu através de sua generalidade iluminar alguns aspectos decisivos de nossa particularidade nacional.

Sobre o Estado, Gramsci vai além do que antes era concebido por Marx e Engels, ou seja, um Estado que apenas existia como palco de uma burocracia executiva da burguesia. Agora, na teoria marxista de Gramsci, o Estado se complexificou e se torna um Estado ampliado, justamente pela emersão da nova esfera, a sociedade civil. No interior do Estado, a sociedade civil tenciona as contradições e a partir disso, a esfera do Estado passa a buscar um consenso, afastar a dimensão explosiva da luta de classes. O Estado agora deve buscar o equilíbrio entre os interesses das classes. Contudo, o caráter de classe do Estado não se modifica, ele ainda tende a se inclinar majoritariamente para a burguesia. Daí a justificativa para Gramsci ter formulado uma teoria de Estado que seja marxista e a origem da seguinte afirmação:

Isso não impediu Gramsci de continuar falando que, em todo Estado, por mais complexo que seja, por mais interesses que seja obrigado a levar em conta em sua atuação, permanece um “núcleo duro”, aquele que define a sua natureza como agência de dominação de classe que detém a propriedade dos meios de produção (COUTINHO, 2000, p. 171).

A partir desses conceitos, é possível entender nuances da nossa formação cultural, tendo como pano de fundo as ideias gramscianas. A sociedade civil na qual nos referidos só existe se há uma organização cultural relevante (Coutinho, 2011). Como consequência do processo de Revolução pelo Alto, o autor supracitado afirma que temos uma cultura “ornamental”, ou seja, que é elitista e dificulta a formação de uma consciência crítica popular. Em suma, a organização da cultura, faz referência às instituições da sociedade civil que têm como principal função afirmar o papel da cultura na reprodução ou transformação da sociedade.

Não pode existir sociedade civil efetivamente autônoma e pluralista sem uma ampla rede de organismos culturais; e, vice-versa, não pode existir organização da cultura efetivamente democrática sem estar apoiada numa sociedade civil desse tipo. E a luta de classes, sob a forma da batalha das ideias, da luta pela hegemonia e pelo consenso, atravessa tanto a sociedade civil quanto esse sistema de “organização da cultura” (COUTINHO, 2011, p. 18).

Coutinho (2011) reforça a tentativa de enfraquecimento da sociedade civil e apropriação das formas de cultura, destacando desde a ditadura varguista até a militar. Basta lembrar que em 1964, entre as primeiras medidas do regime ditatorial, esteve o fechamento de instituições democráticas de organização cultural da época, como “os Centros Populares de Cultura (CPCs) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)” (COUTINHO, 2011, p. 29).

A democratização da cultura sofreu ainda outro golpe durante a ditadura militar: a passagem do capitalismo concorrencial para a etapa do capitalismo monopolista de Estado. Isso porque as alterações na esfera da superestrutura, ou seja, no Estado e também nas organizações da sociedade civil, teriam, conseqüentemente, rebatimentos na esfera da vida cultural.

Nesse período, atos institucionais eram elaborados com o objetivo de legalizar normas e decretos, todos acima da própria Constituição. O ato-institucional de nº 5, o AI-5¹⁵, decretado em 1968 e que permaneceu em vigor por quase 10 anos, pode ser usado como exemplo para revelar a face mais grotesca da política cultural da época. Jornais, livros e outras obras que faziam oposição ao regime militar foram censurados, além de vários artistas e intelectuais precisarem se exilar em países estrangeiros. Entre as justificativas para tal ato, estava, inclusive, aquela que afirmava que tais medidas serviam para garantir a preservação da

¹⁵ Brasil. Ato institucional nº 5. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194620>>. Acesso em: 03 de Nov de 2016.

ordem, da tranquilidade, do desenvolvimento econômico e cultural. Mas que cultura é essa, afinal?

A época do chamado “vazio cultural”, que seria melhor designar como época da cultura esvaziada – e que domina, digamos, no período entre 1969 e 1973 –, representou o momento em que a confluência da censura/repressão com as tradições “intimistas”/neutralizadoras atingiu aquilo que um tecnocrata poderia chamar de “ponto ótimo” na tentativa de marginalização das correntes nacional-populares e, conseqüentemente, de remoção do pluralismo como traço dominante de nossa vida cultural (COUTINHO, 2011, p. 63).

Nesse sentido, Netto (1996) chama atenção para o fato da ditadura, no que se refere à sua política cultural, tinha como objetivos reforçar a marca elitista da cultura brasileira. O autor coloca que a ditadura no país aprofundou as características que já faziam parte da nossa formação social. A estrutura cultural na época colocou inúmeros obstáculos a manifestações culturais com um caráter crítico. Contudo, quando se fala da cultura nesse tempo, é importante enfatizar a resistência de muitos intelectuais, claramente posicionados contra o regime militar.

O autor ressalta, porém, que a ditadura não se restringiu à repressão no que tange à cultura. Não podendo eliminar a oposição, assegurou-a enquanto uma oposição de caráter apenas intelectual.

Após caminhar pelas obras desses autores que se dedicaram aos estudos da nossa formação política, social e econômica, as revoluções “pelo alto” ficam evidentes na trajetória brasileira. Apesar de mudanças e avanços em vários aspectos, não é conveniente afirmar que houve uma total ruptura com o passado colonial. Esse continua imperando, ainda que sob novas formas. As desigualdades social, racial e de gênero ainda imperam.

3 - GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: DESTINO TRAÇADO NA MATERNIDADE (?)

Diferente de Cazuzza em “Exagerado¹⁶”, os destinos das adolescentes pobres não estão traçados. Pelo menos não no que diz respeito à maternidade, já que em relação à sua classe, não há muito a se fazer nesse modo de produção. Sem falar das exceções, a classe trabalhadora nasce, vive e morre enquanto classe trabalhadora. Mesmo caso dos filhos de mães adolescentes e das próprias adolescentes que, em muitos casos, também foram fruto de uma gravidez precoce. Contudo, nem toda menina pobre será mãe durante a adolescência. Quando são, porém, têm sua vida completamente transformada com a experiência da maternidade.

3.1 – Criança que faz criança não é mais criança?

A passagem da infância para a vida adulta, na sociedade ocidental, não é bem caracterizada. Não são comuns os ritos de passagem delimitando as fases da vida. Não há clareza em quando se alcança o “posto” de uma pessoa adulta. No Brasil é possível votar aos dezesseis anos, mas só se pode ter habilitação para dirigir e a maioridade é atingida aos dezoito.

Esse período de transição entre a infância e a vida adulta, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), vai de dez a dezenove anos de idade, já a Organização das Nações Unidas (ONU), para fins estatísticos, considera que a adolescência é o período entre quinze e vinte e quatro anos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece o limite de doze a dezoito anos de idade (artigo 2º) e, em casos excepcionais e quando disposto na lei, até vinte e um anos.

Falar de adolescência não é uma tarefa simples. Em termos de literatura, o tema costuma ficar no “limbo”. É escassa a bibliografia dedicada à historicidade do termo. Ele quase não aparece na história. O que não acontece com a infância, por exemplo, tema debatido e pesquisado incansavelmente por autores de diversas correntes teóricas ao longo dos tempos.

A falta de reflexões a respeito do tema, em muitos momentos, tende a reduzir a compreensão da adolescência como sendo alguns comportamentos pontuais de determinados adolescentes. Tais generalizações naturalizam o processo da adolescência, esvaziando esse

¹⁶ CAZUZA; LEONI; NEVES, Ezequiel. Exagerado. IN: Cazuzza. *Exagerado*. Sigla/SOM LIVRE, 1985. CD

período das contradições, diferenças e desigualdades existentes em adolescentes concretos. Não se pode falar de um único bloco homogêneo ou mesmo em algo pronto. Entre as correntes que adotam essa compreensão, está aquela que se apoia em um paradigma biomédico, conferindo à adolescência um caráter universalizante.

Segundo esta tendência, a adolescência é considerada uma etapa de transição entre a infância e a idade adulta, tendo como base as transformações puberais, de caráter biológico, que, por sua vez, desencadeariam mudanças psicológicas e sociais, até atingir a maturidade. Esta etapa do desenvolvimento humano corresponde, para a maioria daqueles que integram essa tendência, à segunda década da vida, ou seja, dos 10 aos 20 anos, sendo considerados adolescentes todos aqueles que se situarem no referido grupo etário (PERES e ROSENBERG, 1998, p. 56).

Em se tratando de gravidez na adolescência, a discussão do termo é importante para desconstruir a ideia, muito difundida no senso comum, de que a maternidade emancipa. Ao ser mãe, a adolescente passaria a ser uma adulta, deixando de vivenciar aquilo que se entende como experiências ideais em certo período de idade. Contudo, entendemos que uma menina de 14 anos grávida não deixa de ser adolescente. Ela apenas vivencia esse período através de outras experiências, que são, inclusive, comuns no meio cultural onde ela vive. De qualquer maneira, a adolescência tida como “tipo ideal” não se encaixa no cotidiano da população pobre. Ainda que não engravidem, o trabalho, considerado “coisa de adulto”, também está presente na vida dessas adolescentes.

A ideia de adolescência é, em primeiro lugar, a consideração de um fenômeno histórico. As formações sociais que existiram, cada qual com seu modo de vida, elaboraram múltiplas concepções de adolescência, quando o fizeram. Em um mesmo período histórico é possível ter vivências diferentes da adolescência, possibilidades que se expandem ou limitam a depender da inserção de classe, gênero e raça. É o que acontece hoje no Brasil, como veremos mais adiante. Não é possível discorrer acerca da adolescência a partir de uma visão pré-estabelecida e estática,

(...) desconsiderando os fatos vividos e seus significados que marcam/particularizam o processo de individuação ou de individualização de sujeitos concretos, assim como as possibilidades diferenciais/desiguais que a sociedade cria para a travessia da infância para a condição de adulto para os distintos grupos sociais (PERES e ROSENBERG, 1998, p. 55).

Philippe Ariès (1981), famoso historiador francês, através de documentos iconográficos e da literatura, formulou duas teses principais. A primeira defendida foi que, durante o período medieval, a arte não retratou a criança, demonstrando com isso não haver,

naqueles tempos, consciência da existência da infância enquanto uma fase separada da existência humana, com especificidades e características únicas.

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (AIRÈS, 1981, p. 17).

Em seguida, o autor se dedicou a mostrar o novo lugar da criança e da família nas sociedades industriais, quando houve uma “revolução escolar e sentimental” e a família passou a se voltar para a criança, algo que anteriormente não era costume. A própria revolução da prensa gráfica, a partir de meados do século XV, determinará uma separação entre o mundo dos adultos e o da criança. Criou-se um novo ambiente simbólico no qual a criança não alcançava naturalmente. Foi preciso inventar uma instituição que preparasse a criança, por meio da alfabetização, decifrar o mundo adulto.

De acordo com o autor, durante os primeiros anos de vida, quando não era possível cuidar-se sozinha, na sociedade medieval, a criança recebia os cuidados especiais de que precisava para a sua sobrevivência. A partir disso, já era tratada como mini-adulto, participando dos trabalhos e jogos com os adultos, sem distinção entre eles. “De criancinha pequena, ela se transformara imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude” (AIRÈS, 1981, prefácio IX).

Segundo Airès, a família, na época, não tinha função afetiva. O afeto existia entre os cônjuges, mas não, necessariamente, entre pais e filhos. As trocas afetivas e comunicações sociais eram realizadas fora do seio familiar, com vizinhos, amas, criados e criadas. Isso quer dizer que a transmissão de conhecimentos e a socialização da criança não eram assegurados pela família. Durante séculos a educação foi garantida pela convivência, passando de jovens e adultos para as crianças.

Foram as escolas as responsáveis por uma mudança radical. Quando a aprendizagem passou a ser por meio da educação, a criança deixou de ser misturada com o adulto (já no século XIX). A família passou a ser um lugar de afeição necessário entre pais e filhos. Afeição essa que veio a partir da importância que a educação recebeu. Dessa maneira, com a polarização da vida social em torno da família, essa instituição passa a se voltar para a criança, algo inédito até então.

De maneira prévia, nessa edição o autor rebate algumas críticas feitas à sua obra. Uma delas questiona como ele pode ignorar o conceito de juventude, afirmando que as crianças eram confundidas com adultos, não havendo nenhuma fase de transição, se nas sociedades

tradicionais os jovens tinham papel de destaque na organização das festividades e dos jogos. Airès argumenta ter reconhecido em sua obra, nas áreas de civilização rural e oral, antes da Idade Média, comunidades que se organizavam em classes de idade, com funções bem determinadas, nas quais a educação era transmitida a partir da vivência.

Ocorre que na época do feudalismo, uma grande mudança atingiu essa sociedade, modificando a educação, “ou seja, a transmissão do saber e dos valores” (AIRÈS, 1981, prefácio XIV). No período seguinte, Idade Média, a educação passou a ser assegurada pela aprendizagem, o que rompe com um sistema de idades. Por isso o autor não viu necessidade de se aprofundar no termo, uma vez que na época não era relevante. A educação não ficava a cargo da transferência de conhecimentos através das gerações.

A mistura de idades decorrente da aprendizagem parece-me ter sido um dos traços dominantes de nossa sociedade de meados da Idade Média até o século XVIII. Nessas condições, as classificações tradicionais pela idade não podiam deixar de se embaçar e perder sua razão de ser (AIRÈS, 1981, prefácio XIV).

Ariès traz, em seguida, um questionamento que nos é muito caro. A crítica citada foi ancorada em um termo ambíguo, “juventude”. Juventude, na época, significava “força do homem jovem” e não adolescência, ou seja, não necessariamente um período intermediário entre a criança e o adulto. Essa juventude não implica as características que diferenciam adolescentes de adultos.

Descrevendo suas pesquisas nas produções da Idade Média, Airès destaca a importância que as fases da vida tinham. Alguns autores usavam as seguintes terminologias: infância e puerilidade; Juventude e adolescência; Velhice e senilidade. O que para Airès não é muito consistente, mas sim puramente verbal. Terminologias “tão repetidas e tão usuais, que passaram do domínio da ciência ao da experiência comum” (ARIÈS, 1981, p. 4).

Em uma dessas fontes de Ariès há uma descrição mais precisa das idades da vida. A primeira, a infância, iria até os sete anos. Em seguida, viria a chamada pueritia, durando até os 14 anos. A próxima, e que mais nos interessa, é a adolescência. Já nessa época, não havia consenso. Alguns autores a caracterizava como uma fase que durava até os vinte anos, enquanto outros estendiam até os trinta e cinco anos. Era chamada assim porque a pessoa era grande o suficiente para procriar. Depois se segue a juventude, até os cinquenta anos. Essa idade é chamada assim “devido à força que está na pessoa, para ajudar a si mesma e aos outros” (ARIÈS, 1981, p.7). Logo após vem a senectude, uma fase entre a juventude e a velhice. Por fim, a velhice.

Como a juventude representava a força da idade, não havia lugar para adolescência. Até o século XVIII, a infância e a adolescência estavam imbricadas, somente a primeira era reconhecida. Em suas pesquisas, Airès teve acesso a documentos que comprovam essa afirmativa. Em um calendário do século XVI, havia uma passagem que citava uma criança de 24 anos. O mesmo emprego foi usado no século XVII. Quando em uma pesquisa, de 1677, realidade na França, aparece o termo “*un jeune enfant*” (uma jovem criança), se referindo a uma pessoa de 14 anos de idade.

É interessante notar o esforço de Ariès para falar da adolescência, mesmo que seu norte tenha sido a infância. A explicação pode ser relativamente simples. O autor demonstra, através da sua elucubração a respeito de juventude e adolescência, a relatividade das representações da infância tratadas em sua tese. A representação de uma pessoa de 24 anos através da palavra “criança” ilustra essa frase anterior. O hiato entre a criança e o adulto não era reconhecido tal qual vemos hoje (adolescência). À vista disso, quando ele também se posiciona, não abordando o que estudou, mas aquilo que não estudou e os motivos para tal, está afirmando a importância de suas pesquisas.

Assim como Raymond Williams faz com a cultura, Airès se utiliza do desenvolvimento da linguagem para demonstrar as discrepâncias no conceito de adolescência no decorrer dos tempos. Se no século XVII as “crianças” poderiam ter até 20 anos de idade, no XVIII há uma mudança marcadamente de classe. Na burguesia, a palavra infância ganhou características que se assemelham ao seu sentido moderno.

A longa duração da infância, segundo Airès, advinha da indiferença em relação aos fenômenos biológicos. A infância não acabava na puberdade. A ideia de infância estava ligada à noção de dependência. Prova disso é que palavras utilizadas para designar crianças, também eram usadas para tratar de relações feudais de dependência (*garçons, valets*). Sair da infância era sair da dependência, ainda que isso significasse um nível muito baixo de independência: andar sozinho, falar.

Dessa forma, as famílias de baixas condições, continuavam a ser citadas com os vocabulários referentes à infância, já que em suas relações de trabalho permaneciam dependentes, a submissão em relação aos outros continuava a ser total. “*Petit garçon*”, expressão francesa traduzida como “menino pequenino”, poderia ser aplicada a um jovem servidor de 25 anos, por exemplo.

Já nas famílias nobres, onde a dependência era uma consequência unicamente da incapacidade física, o vocabulário da infância se restringia à primeira idade. Na contemporaneidade essa ideia de dependência e independência é invertida. Esse é, inclusive,

um dos fatores que nos levou a tratar sobre o termo adolescência. Após a experiência da maternidade, a adolescência passa a ser relativizada, principalmente para as mulheres. As recém-mães, que ainda são adolescentes, ganham, quase instantaneamente, o *status* de adultas e independentes. O fato de muitas se inserirem no mercado de trabalho, já que precisam de uma remuneração para sustentar o filho, reforça essa ideia de independência.

Na gramática francesa, no entanto, surgiu a necessidade de existir mais palavras para designar a infância. Mesmo existindo palavras que contemplassem as crianças pequenas (*poupart, petits*), havia carência daquelas que as distinguissem das maiores ou das muito pequenas. O vocabulário francês se apropriou, então, de palavras de outras línguas, a exemplo da palavra *bambino*, originalmente italiana e da palavra *baby*, emprestada anos mais tarde do inglês. Os trajes também foram estudados pelo autor. No trecho a seguir, é possível perceber a diferença entre os ricos e pobres nesse aspecto.

No século XVIII, entretanto, a criança, ou ao menos a criança de boa família, quer fosse nobreza ou burguesia, não era mais vestida como os adultos. Ela agora tinha um traje reservado à sua idade, que a distinguiu dos adultos (ARIÈS, 1981, p. 32).

Embora o vocabulário tivesse se expandido, ainda estava posta ambiguidade entre infância, aquilo que conhecemos hoje como adolescência, e a categoria da juventude. A concepção de adolescência ao menos existia. Ariès mostra através da literatura como a noção foi aparecendo, até o século XX, consagrado pelo autor como “o século da adolescência”.

O primeiro adolescente moderno típico foi o *Siegfried* de Wagner: a música de *Siegfried* pela primeira vez exprimiu a mistura de pureza (provisória), de força física, de naturismo, de espontaneidade e de alegria de viver que faria do adolescente o herói do nosso século XX (ARIÈS, 1981, p. 14).

Em torno de 1900, na França, a noção adolescência ganhava força. A “juventude”, segundo Ariès, passaria a se tornar um tema literário. Depositaram nela a esperança de uma velha sociedade reavivada, carregada de novos valores. Experimentou-se um sentimento tal qual o período romântico. A diferença, porém, era que antes não havia tamanha precisão em uma classe de idade e o sentimento estava limitado a quem tinha acesso à literatura. Agora, após a Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), onde os soldados da linha de frente se opuseram às velhas gerações, a juventude era um fenômeno geral.

A consciência da juventude começou como um sentimento comum dos ex-combatentes (...) Daí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância pra trás e a maturidade pra frente. Daí em diante, o casamento, que não era mais um “estabelecimento”, não mais a interromperia: o adolescente-casado é um dos tipos mais específicos de nossa época: ele lhe

propõe seus valores, seus apetites e seus costumes. Assim, passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo (AIRÈS, 1998, p. 15).

A história da infância e da adolescência está, portanto, intimamente relacionada à história da burguesia. Os aspectos socioeconômicos, culturais e até ideológicos foram responsáveis pela concepção de infância e adolescência vigentes. No entanto, é importante lembrar que ganhava força uma concepção renovada da infância e um tratamento diferenciado às crianças, ao mesmo tempo em que se iniciou a Revolução Industrial. Um novo problema surgiu: a exploração das crianças pobres a partir dos trabalhos nas fábricas.

Marx em “O Capital” (2011), ao falar da jornada de trabalho, relata a exploração infantil nas fábricas e evidencia como a infância pobre era tratada. Com o objetivo de aumentar o lucro, característica intrínseca ao capitalismo, a “conta” sobrou para o trabalhador (nada diferente da atualidade). As crianças lançavam-se ao trabalho nas fábricas, com cargas de trabalho que por vezes duravam o dia inteiro. Em 1860, na Inglaterra, em uma Olaria:

Às duas, três ou quatro horas da manhã, crianças de nove ou dez anos são arrancadas das suas camas esqueléticas e compelidas a trabalhar para a mera subsistência até às dez, onze, doze horas da noite, enquanto os seus membros definham, a sua compleição mingua, os seus rostos empalidecem e a sua humanidade mergulha absolutamente num turpor pétreo, inteiramente horrível de contemplar [...] (MARX, 2011, p. 283).

Apesar do pioneirismo da tese de Airès é preciso levar em consideração o fato de o autor ter contado a história a partir de um ponto de vista. Não era neutro. Nesse caso, o ponto de vista europeu. O sentimento de infância colocado por ele não deve ser adotado em um viés global. Tampouco acreditamos que o autor tenha se proposto a tal.

No Brasil, a historiadora e ex-professora, Mary Del Priore (2013), chama atenção para nossas particularidades nacionais. A autora fala que, apesar das críticas que Ariès recebeu, principalmente por certo evolucionismo em sua obra (as crianças passaram de um lugar sem importância para a condição de centro da família), as suas teses instigaram o historiador brasileiro a reconstruir e procurar sua própria história. “Assim, a historiografia internacional pode servir de inspiração, mas não de bússola” (PRIORE, 2013, p. 11).

Segundo Priore, no Brasil temos aspectos fundamentais que explicam a discordância nas conclusões do autor francês. A nossa escolarização e a emergência da vida privada chegaram anos depois. Um país apoiado em um sistema colonial e, posteriormente, numa industrialização tardia, não se desenvolve cultural, social e economicamente nos mesmos moldes de países onde o capitalismo instalou-se logo após a emergência da Idade Moderna.

Por aqui, desde o início da colonização a educação era restrita. As escolas jesuítas eram poucas e para poucos. Foi somente na segunda metade do século XVIII que o ensino público foi instalado. Contudo, a alternativa para os filhos dos pobres não era a educação. No século XIX, as crianças pobres se tornavam rapidamente cidadãos produtivos, trabalhadores das lavouras. Enquanto isso, do outro lado da moeda, os filhos dos ricos eram ensinados em casa por professores particulares. “No final do século XIX o trabalho continua sendo visto pelas camadas subalternas como ‘a melhor escola’” (PRIORE, 2013, p.10).

A noção de privacidade, de vida privada, tal qual preconizada pela Europa urbana, burguesa e iluminista, também não foi um elemento constituinte da história do Brasil. A autora justifica esse fato argumentando que os lares monoparentais, a pobreza, a forte migração interna, a proliferação de cortiços no século XIX e das favelas no XX, pendiam para um ambiente onde crianças e adultos de todas condições viviam misturados.

Não podemos resumir a história da infância no Brasil a partir daquela contada por Ariès. Algumas evidências apontam para o cenário oposto. O sentimento de infância tão falado por Ariès, aqui era presente.

Os relatos de naufrágios da Carreira das Índias retratam dolorosas separações entre pais e filhos. Os testemunhos feitos por jovens mães do século XVII não escondem a preocupação com seus “filhinhos do coração”. Os viajantes estrangeiros não cessaram de descrever o demasiado zelo com que, numa sociedade pobre e escravista, os adultos tratavam as crianças. As cartas desesperadas das mães, mesmo escravas analfabetas, tentando impedir que seus rebentos partissem para a Guerra do Paraguai, sublinhavam a dependência e os sentimentos que estabeleciam entre umas e outros (PRIORE, 2013, p. 11).

O fato de haver o reconhecimento da infância, não significa, no entanto, que ela tenha sido tratada da mesma maneira. Basta pensar no tempo da escravidão. As crianças ricas possuíam adultos escravizados à sua disposição. Criança mandando e o adulto obedecendo. Enquanto isso, as descendentes de pessoas escravizadas não eram tratadas ao menos como ser humano, quem dirá como crianças.

Há, portanto, o histórico de uma infância marcada pelo preconceito, exploração e abandono, desde o início houve privilégios a depender da classe social, raça e gênero. Essa marca atravessou o país no Império, Colônia e República e deixa rastros de desigualdade ainda nos dias atuais.

A historiadora Priore (2013) se utiliza do trabalho infantil para ilustrar uma sociedade marcada pela má distribuição de riquezas, não acesso à educação e escravismo. Com a abolição da escravatura, crianças e adolescente, antes moradores das senzalas, seguiram

trabalhando. A exemplo daquelas que ficavam nas fazendas de cana de Pernambuco. As condições básicas de sobrevivência ainda hoje são degradantes. Moradia, saúde, alimentação e educação, nesses casos e em tantos outros, são itens relegados ao segundo plano. Como no passado também, o trabalho doméstico continua sendo um outro “turno” na vida das meninas. Priore alega que ao longo de toda república as crianças pobres foram empurradas para fora da vida escolar, em direção às lavouras.

No início do século, com o “boom” do crescimento urbano, as ruas foram ocupadas por crianças e adolescentes que vivenciaram as heranças da escravidão. Em um primeiro momento eram conhecidos como “vagabundos”, depois passaram a ser caracterizados como “pivetes”, mesmo sentido atribuído hoje às crianças em situação de rua. Da mesma maneira, essas também vivenciam os dejetos de uma época tão obscura do Brasil, basta olhar para a cor de suas peles. Como diria a cantora Elza Soares: A carne mais barata do mercado é a carne negra¹⁷.

Assim como Marx descreveu o trabalho das crianças nas fábricas, Moura (2013), no Brasil, se dedicou a tratar sobre as crianças e adolescentes explorados na cidade de São Paulo em pleno vapor industrial. A cidade foi escolhida pela autora por seu grande contingente de imigrantes que tiveram seus destinos atrelados às fábricas. Por aqui, ao mesmo tempo cujas referências de infância e adolescência apareciam ligadas às ideias de sagrado, era esse mesmo grupo que, em consequência do trabalho árduo, obtinha “sequelas físicas irreversíveis e na morte prematura” (MOURA, 2013, p. 259).

O cotidiano de crianças e de adolescentes nas fábricas e oficinas do período remete sempre para situações-limite cuja versão mais alarmante traduz-se nos acidentes de trabalho, mas que infelizmente não se esgotam, incorporando a violência em vários níveis. As cenas do mundo do trabalho nos primórdios da industrialização paulistana permitem compor, de fato, em relação a esses trabalhadores, uma história contundente, espelho do dia a dia da classe operária dentro e fora dos estabelecimentos industriais (MOURA, 2013, p. 260).

Até 1979 a legislação que vigorava era o Código de Menores¹⁸, sendo sucedido pelo

¹⁷ CAPPELLETTI, Ulisses; JORGE, Seu; YUKA, Marcelo. A Carne. In: SOARES, Elza. *Do cóccix até o pescoço*. Maianga discos, 2002. CD

¹⁸ O Código de Menores, promulgado em 1979, estava respaldado na Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM). A lei nascia enquanto um prolongamento da filosofia menorista do Código de Mello Mattos, do início do século XX. Apesar de ser fruto de mobilizações internacionais pelo direito da criança e do adolescente, na lei, esses direitos não só não estavam efetivamente garantidos – assim como não estão ainda hoje com o Estatuto da Criança e do Adolescente – como não estavam descritos. O código não correspondia aos interesses da sociedade civil, mas sim, dos militares que, como sugere a época, estavam em crise. Trazendo o estigma de “menor em situação irregular”, em 1990 o Código de Menores sai da cena do cenário nacional, entrando em vigor o atual Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (SILVA, 2005)

Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁹. Mesmo representando um avanço no que diz respeito às leis e aos direitos, esse último não significou uma ruptura com o projeto de sociedade presente no Código de Menores (Silva, 2005, p. 31).

O termo “menor” foi inicialmente utilizado para designar as crianças pobres, passando a ter, posteriormente, uma conotação valorativa negativa. Metaforicamente, “menores” passaram a ser todos aqueles aos quais a sociedade atribuía um significado social negativo. Eram as crianças e adolescentes pobres, pertencentes às famílias com uma estrutura diferente da convencional (com uma boa estrutura financeira e emocional, patriarcal, com pai e mãe presentes, com pais trabalhadores, dentre outros). Deste modo, tornou-se uma norma social atender à infância abandonada, pobre e desvalida, mas a partir de um olhar de superioridade, na tentativa de salvamento ou de "adestramento".

Como é possível perceber, a pobreza e a falta de escolarização da criança brasileira ao longo da história distinguem o nosso caso da europeia. A realidade atual é formada de grandes fatos históricos, muitos não superados. A cultura se constituiu a partir dessa história. Apesar de inúmeros avanços na legislação, as histórias de 1800 se repetem.

A adolescência que buscamos tratar é a fase posterior à infância na vida dessas crianças que vivenciaram a escravidão, exploração, opressão. Há um conjunto de vulnerabilidades que afetam de maneira mais incisiva alguns adolescentes. Nascer branco, preto ou indígena, viver numa comunidade popular em um grande centro urbano ou em um condomínio de luxo, ser menino ou menina, nascer rico ou pobre são fatores que limitam ou expandem o acesso aos direitos dessas pessoas. Um grupo têm possibilidades reduzidas de exercer seu direito à saúde, à educação, à proteção integral, ao esporte, à convivência familiar e comunitária.

Estar atento para essa realidade significa compreender que a adolescência é um campo de possibilidades e não de problemas. As adolescentes que tratamos aqui vivenciam um cotidiano de privações, mas ainda são adolescentes. Seja antes ou depois do nascimento de seus filhos. A gravidez na adolescência não é um fato ou uma predestinação para todas as meninas²⁰ da classe trabalhadora. Contudo, o não acesso às políticas sociais ou mesmo a não intersetorialidade das políticas, reduz drasticamente as opções de escolha.

¹⁹ Ver em “Sistema de garantia de direitos: Um caminho para a Proteção Integral”. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - CENDHEC. Recife, 1999.

²⁰ Uma consulta no dicionário nos indica as diferentes apreensões da palavra “menina”. São elas: Crianças ou adolescentes do sexo feminino; Moça jovem e solteira; Maneira carinhosa e familiar de tratar um parente ou amiga; Garota. (MENINA, 2017). Frente a esses múltiplos sentidos, incorporamos a ideia de adolescentes do sexo feminino. Contudo, também utilizamos o termo para indicar a ideia de um fenômeno que ocorre de maneira precoce, já que menina também é associada a crianças.

A autora Martha Abreu conta em “A história das crianças no Brasil” um caso de “defloramento” ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1904. A partir dessa história é possível ilustrar o modo de vida de uma menina da classe trabalhadora do Brasil. Ainda que a história se passe em 1904, muitos elementos contribuem para pensarmos a realidade atual e relacionar com o tema da gravidez na adolescência.

3.2 - Maria Carolina: o retrato de uma jovem da classe trabalhadora no Brasil.

No final do século XIX, para garantir um futuro com “ordem e progresso”, os governantes no Brasil ocuparam-se com a vida sexual e amorosa da população. Aqui foi estabelecida uma lei de cunho jurídico e também médico, sob a justificativa de estarem preocupados com “a formação de trabalhadores e cidadãos sadios, moral e sexualmente” (ABREU, 2013, p. 290), a lei que reconhecia casos de “defloramento”.

Esse processo se deu a partir da adaptação de uma sociedade que descobrira recentemente o trabalho livre. A Abolição da Escravatura impunha a necessidade de adequação às regras, estratégias para o controle social. Era preciso reinventar ideologias para que o agora trabalhador livre, ao menos em teoria, agisse de acordo com o esperado. Não era mais possível obrigar uma pessoa a viver em seu local de trabalho. Desse modo, criou-se uma ideologia valorizando o trabalho e cultivando morais e costumes que fizessem das pessoas boas empregadas.

Nada seria melhor do que um trabalhador que já sáísse de casa com os hábitos da rotina doméstica, com as responsabilidades do lar e sem desvios sexuais, não só para que as crianças crescessem em um meio adequado, como também para que evitasse, por meio do casamento, o nascimento de filhos ilegítimos. As mulheres, mais do que nunca, deveriam assumir as tarefas do casamento, da maternidade e da educação dos filhos (ABREU, 2013, 291).

Havia um modelo de vida sexual e amorosa difundido. Na família, a mulher era quem deveria manter a base moral. Para os políticos, médicos e juristas da época, esse ajuste da população não era algo simples. Isso porque esses consideravam que ela estava carregada de vícios, adquiridos principalmente durante o período da escravidão. De acordo com Abreu “a propensão à doença, a falta de hábitos de poupança, a tendência à ociosidade, a não preocupação com a educação dos filhos, e, por extensão, a não valorização dos laços da família, do casamento e da honra feminina” (ABREU, 2013, p. 291).

O novo código penal, em 1890²¹, foi usado como ferramenta para a difusão dessas ideias. É a legislação ilustrando aquilo já falado anteriormente: ela pode ser patriarcal e serve a determinados interesses. O machismo é institucionalizado. Ao judiciário ficou relegada a grande responsabilidade de organizar e disciplinar os comportamentos sexuais e amorosos da população, isto é, punir os crimes sexuais. O “defloramento” era visto como uma ameaça ao corpo social, ameaçando os bons costumes.

Constava no decreto que promulgou o Código Penal de 1890, no artigo 267, que “deflorar uma mulher menor de idade, empregando sedução, engano ou fraude” implicava de um a quatro anos de prisão. A depender da “honra”, conceito na época pré-estabelecido socialmente, havia variável na pena de um crime. No artigo 268 consta que “estuprar mulher virgem ou não, mas honesta” implica em uma pena de seis meses a dois anos. Já para o estupro daquelas que chamaram de “mulheres públicas ou prostitutas”, a pena era menor, de seis meses a dois anos. Sublinha-se que havia distinção entre defloramento e estupro. Esse último estava definido no artigo 269: chama-se estupro o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não.

Deflorar era o ato de desvirginar uma mulher. Essa virgindade, porém, seria biológica ou moral? Como se define a honestidade de uma pessoa? Essas questões não foram definidas ou precisadas, abrindo, assim, caminho para múltiplas interpretações nos casos de defloramento.

Para alcançar o *status* de ofendida, a jovem que buscasse os meios legais para reparar seu defloramento precisaria convencer os juristas de sua honestidade. Os paradigmas eram rasos e extremos, melhor dizendo, extremamente machistas. A mulher honesta, digna de ter credibilidade, seria aquela considerada ideal, pronta para assumir as responsabilidades com a maternidade e o casamento. A confirmação da sua virgindade física, só viria a partir de um exame do seu comportamento moral.

Percebe-se que a noção de virgindade ultrapassava a membrana do hímen. Uma família presente e vigilante, não sair muito tarde, não frequentar certos lugares, namorar o acusado há muito tempo, refletir sobre seus atos, ser uma moça comedida, eram quesitos que diferenciavam as mulheres honestas das desonestas. Dificilmente uma moça pobre conseguia atingir esses parâmetros esperados socialmente.

Os processos eram abertos nas Varas de Justiça. A honestidade, virgindade e honra eram reconstruídas pela vítima, acusado e as testemunhas. Longe da Justiça, as moças pobres

²¹ BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. *Promulga o Código Penal*.

viviam sua própria noção de moral, honestidade e sexualidade. Além do mais, essas meninas demonstravam o fracasso de uma política de controle sexual e moral voltada para o conjunto da sociedade de maneira ampla.

Por que usar uma realidade de anos atrás para refletir acerca da atual? Alterando algumas variáveis, o ano poderia, tranquilamente, ser 2017. Apesar da mudança na legislação, na cultura, a atualização do catálogo de preconceitos e até dos avanços em relação às mulheres, há pontos em comum que são cruciais, evidenciando as semelhanças entre o tratamento dado às jovens naquela época, “defloradas” e às adolescentes que vivenciam a maternidade nesse período. Além disso, no curso da história, tudo aconteceu muito recentemente. Os avanços obtidos foram frutos de lutas e de uma história que ainda caminha a passos lentos, em constante construção. Isso significa dizer que ainda há rebatimentos dessa época na cultural atual. A autora toca em pontos chave, noções que nos deram a direção ao longo deste trabalho: gênero, classe e, ainda que ambas não tenhamos aprofundado, a etnia/raça aparecem como importantes vetores da vida social.

Os casos de defloração, em sua maioria, assim como a gravidez na adolescência, afetavam as moças pobres. A autora refere um predomínio de jovens das camadas populares nos processos que envolveram o crime. Não se pode afirmar, contudo, que não o houvesse entre as mais ricas. O que se pode confirmar é que, no mínimo, eles não chegavam às mãos da Justiça. A explicação provável de Abreu (2013) é que nesses ambientes os defloramentos ocasionassem casamentos forçados e arranjos familiares, mantendo o acontecimento no âmbito privado.

Martha Abreu (2013) conta a história de Maria Carolina e Vicente Turano. O caso de defloração foi levado à Justiça no ano de 1904. Os dois personagens dessa história moravam no bairro do Catumbi, no Rio de Janeiro. Ela, 15 anos, parda e costureira. Ele, 21 anos, imigrante italiano e sapateiro de uma fábrica. Ambos frequentavam lugares marcados pela nítida presença popular. Todas as noites Vicente esperava Maria Carolina em frente à modista na rua do Lavradio, onde ela trabalhava e a acompanhava até as proximidades da sua casa.

Até o final do século XIX e início do XX, a região em que moravam, Cidade Nova, recebia um grande quantitativo de pessoas. O cenário é de plena ebulição da febre da vacina e reformas urbanas. A população pobre, expulsa do centro da cidade devido às obras na Avenida Central, iria começar o processo de favelização. Assim, a população pobre que chegava à cidade, inclusive a estrangeira, iria em maior número para a Cidade Nova.

As características da região onde moravam estavam expressas, de alguma forma, no

processo criminal de Maria Carolina e Vicente. Maria e sua mãe eram cariocas, seus padrinhos eram migrantes baianos. Todos negros. Vicente e suas testemunhas eram estrangeiros e italianos. Tanto Maria Carolina como Vicente enfrentavam dificuldades. Ela morava numa casa de poucos cômodos, precisava trabalhar muito e ainda ajudava sua mãe, que era sozinha, nas despesas de sua casa. Vicente era imigrante e também trabalhava muito por um baixo salário.

Em seu primeiro depoimento na delegacia, no mês de julho de 1904, Maria Carolina relatou que à noite saiu com seu namorado Vicente. Confiando no mesmo, ela entrou no local que ele indicou, uma hospedaria. Prometendo casamento, Vicente a desonrou. Oito dias depois, Maria Carolina teria retornado ao local com Vicente, tendo novamente relações. Porém, nesse dia, o rapaz teria sido enfático ao dizer que não se casaria com a moça.

Um ano depois, já perante o juiz, Maria Carolina modificou alguns detalhes que, na época, eram cruciais. Ela, agora, afirmava namorar Vicente desde 1903, tendo ele sempre feito promessas de casamento. Já no dia do acontecimento, Vicente teria dito que não se casaria. Para explicar a relação dias depois, a adolescente disse acreditar que o jovem mudaria de ideia em relação ao casamento. Essa outra versão indica que ela foi instruída a citar alguns fatos fundamentais para provar a sua honra. A adolescente enfatizou a promessa de casamento e se mostrou enganada na primeira relação, caracterizando a sedução e atestando sua verdadeira intenção de se casar.

Em contrapartida, o depoimento de Vicente destoava de forma significativa. Alegou conhecer Maria apenas há cinco meses, mantendo relação há três. Durante o primeiro contato sexual, afirmou que Maria Carolina já não era mais honrada, ou seja, já não era virgem. Como testemunhas, Vicente levou dois sapateiros, companheiros seus. Ambos declararam que a adolescente se comportava como uma “mulher de vida fácil”, ficava até tarde da noite esperando sozinha o bonde. Também referiram ter a visto conversando intimamente com outros. Maria Carolina era culpada por esperar sozinha no trajeto de volta para casa e por viver mais livremente em comparação às “moças honestas”.

Diante de dois depoimentos tão diferentes, a versão vitoriosa seria aquela com melhores argumentos. Todavia, a probabilidade de Maria Carolina ser vista como desonesta era desproporcionalmente maior. Afinal, ela era mulher e de maneira ampla, sobre nós, a sociedade sempre tem uma própria opinião carregada de certezas. A Vicente é possível que tenha tido o benefício da dúvida. Superando o ímpeto de saber o que de fato se passou, buscaremos compreender a inserção social dos agentes envolvidos. Está aí a chave para essas diferentes versões.

Aquilo que Maria Carolina manteve no seu depoimento diz muito sobre a sua cultura e suas concepções de vida. Mesmo tentando modificar seu depoimento para se encaixar nos padrões determinados pela Justiça, seus comportamentos amorosos não eram compatíveis aos esperados pelas jovens consideradas sérias e honestas.

A adolescente de 15 anos relatou sair sozinha à noite e ter relações com alguém que conhecia há pouco tempo. Ademais, Maria Carolina estava sem a vigilância de sua mãe ou de outros familiares. Isso demanda certo tipo de autonomia e liberdade em um tempo onde se esperava submissão e passividade da mulher. À vista disso, Martha Abreu (2013) diz que estava longe da realidade, tanto de Maria Carolina quanto das outras adolescentes da época, um longo ritual para iniciar o namoro. A relação sexual não estava, necessariamente, atrelada ao casamento. Em geral, elas não informavam a família dos namoros, passeavam pela cidade e iam para festas públicas. Outra particularidade da vida de Maria Carolina, vista como indício de desonestidade na época, era o fato de sua mãe não estar em constante vigilância. A sua família representava um tipo muito comum entre os mais pobres

[...] mulheres sozinhas, solteiras, separadas ou viúvas, vivendo com suas filhas menores que ajudavam trabalhando e, sobrevivendo graças a diversos tipos de serviços domésticos em casas de família ou como autônoma (lavadeiras, costureiras, doceiras, quitandeiras, etc.). Mas se não predominava a chamada família nuclear, a rede de apoio entre parentes e principalmente vizinhos era uma luta diária pela sobrevivência (ABREU, 2013, p. 299).

Há, portanto, uma dupla culpabilização, de Maria Carolina e sua mãe, proveniente de duas condições: são mulheres e trabalhadoras. Essa particularidade também está presente na vida das adolescentes que tratamos aqui. Para mostrar como essas ideias se mantêm citamos a tese de doutorado de Taquette (1997). A médica, que afirma ter uma abordagem dialético-marxista, aponta como alguns fatores para a ocorrência da gravidez na adolescência a ausência de supervisão e disciplina parental, “problemas psicossociais” e famílias “desestruturadas” e monoparentais.

A mãe de Maria Carolina, Felipa Conceição, foi quem deu queixa da situação de defloração da filha na delegacia. A história chegou aos seus ouvidos através da madrinha da adolescente, Maria Francisco. Essa também teria sido informada por terceiros que a afilhada estaria saindo tarde da hospedaria com um homem. Chama atenção a interferência de uma quarta pessoa na história: a patroa. Tanto Maria Carolina quanto Maria Francisco trabalhavam na mesma oficina. Assim que soube, a primeira, não obtendo nenhuma confissão da afilhada, pediu a intervenção da patroa.

Nos parece óbvio que tanto a mãe quanto a madrinha de Maria Carolina não dispunham de tempo para vigiar a adolescente, que também trabalhava até tarde. Todas precisavam trabalhar para a sobrevivência.

É dessa maneira que enxergamos a adequação ao trabalho, a moral e os valores difundidos. Ter sido “deflorada” era uma ameaça ao trabalho. O perigo de uma gravidez colocava em risco a produtividade das moças. Assim, patrões interferiam diretamente nas relações amorosas dos seus empregados. Não se sabe se foi a patroa quem aconselhou a família a dar queixa. No ano seguinte, porém, Maria Carolina não trabalhava mais na modista da Rua do Lavradio e passou a ser empregada doméstica.

Em 2006, no documentário “Meninas”, a diretora Sandra Werneck mostrou histórias de meninas pobres do Rio de Janeiro que estão vivenciando a gravidez na adolescência. Assim como no caso de Maria Carolina, a culpabilização da mulher está muito presente no documentário. Além disso, essas adolescentes também são da classe trabalhadora, pobres, necessitam trabalhar – ainda que seja dentro da própria casa, cuidando dos irmãos, enquanto a sua mãe vai trabalhar –, vivem um modo de vida não hegemônico – para os padrões esperados para as adolescentes – e vivem/reproduzem o machismo cotidianamente. À luz dos discursos presentes no longa metragem, traçaremos um paralelo com os elementos apontados até então. Essas adolescentes, suas histórias e depoimentos reais dão vida e materialidade a toda problematização e reflexão apresentadas.

3.3 – “Meninas”: fragmentos do todo.

A gravidez na adolescência tem um impacto profundo na vida das adolescentes. Esse é um fenômeno complexo. A trajetória de exclusão, o não acesso aos direitos sociais, a atribuição de responsabilidades sobre as meninas desde muito cedo - quando começam a cuidar dos seus irmãos mais novos e da casa - além disso, uma busca distorcida por autonomia, autoridade e reconhecimento social²² contribuem para uma gravidez precoce.

Muitas dessas gravidezes não foram planejadas e são indesejadas. Ao engravidar, voluntária ou involuntariamente, essas adolescentes muitas vezes têm seus projetos de vida alterados (ou concretizados), o que pode contribuir para o abandono escolar e a perpetuação do ciclo da pobreza, desigualdades e exclusão.

Esse tema é amplamente pesquisado, principalmente na área da saúde. A análise dos

²² O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF : UNICEF, 2011.

dados levantados nem sempre chegam às mesmas conclusões, contudo, essas pesquisas são importantes aliadas nos nossos estudos.

Uma pesquisa do IBGE (Índice Brasileiro de Geografia e Estatística)²³, realizada no ano de 1997, mostrou a proporção de mulheres, separadas em grupos de idades, que tiveram filhos nascidos vivos por grupos de renda familiar per capita (%). Os resultados não são surpreendentes. Nas famílias onde a renda atingia meio salário mínimo per capita, 8,9% das adolescentes de 15 a 17 anos tinham filhos nascidos vivos. Nessa mesma faixa etária, porém nas famílias onde a renda per capita era superior a 2 salários mínimos, o número se reduz drasticamente, contabilizando 0,8%. Separando por região, os maiores índices de nascidos vivos de mães adolescentes estavam, em escala decrescente, na região Centro-Oeste, Norte, Sul, Nordeste e Sudeste.

Entre 2000 e 2010, observa-se o envelhecimento da estrutura etária das mulheres no momento do parto, com uma redução do percentual de mães com menos de 20 anos (adolescentes: de 23,5% para 19,3%) e aumento daquelas com 30 anos ou mais (de 22,5% para 27,9%)²⁴. Apesar do decréscimo de mães jovens, os números ainda são altos e merecem atenção.

Já dados DataSus/Sinasc²⁵ mostram que, no ano de 2014, a porcentagem de bebês nascidos de mães com até 19 anos era maior nas regiões Norte e Nordeste (de 21 a 30%), as duas regiões que, historicamente, são as mais pobres do país.

Em 2006 a diretora Sandra Werneck deu voz a jovens que antes eram apenas estatísticas. Em “Meninas” quatro adolescentes grávidas, de comunidades carentes do Rio de Janeiro, contam fragmentos da sua trajetória de vida, como estão lidando com os últimos momentos da gravidez, as expectativas para o futuro e a relação com seus parceiros. As jovens foram acompanhadas durante e depois da gestação. Através de casos específicos, a expansão e complexidade do fenômeno é retratada. No longa metragem não há uma linearidade na construção da narrativa. As histórias são exibidas como um mosaico, nos

²³ Crianças e adolescentes: indicadores sociais. Rio de Janeiro, v. 6., p. 1-79, IBGE: 1997. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/128/criadolec_1997_v6.pdf>. Acesso em: 29 de Mar de 2017.

²⁴ Saúde Brasil 2011: uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2011.pdf>. Acesso em 05 de Jun de 2017.

²⁵ Uma em cada cinco crianças nascidas no país é filha de adolescente. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1862231-uma-em-cada-cinco-criancas-nascidas-no-pais-e-filha-de-adolescente.shtml>> Acesso em: 29 de Mar de 2017.

permitindo visualizar as semelhanças existentes nos modos de vida e discursos das personagens.

A primeira menina do filme é a Luana. Moradora do Morro dos Macacos, com 15 anos de idade e 4 meses de gravidez, a adolescente conta que planejou ficar grávida. Quando questionada sobre as suas motivações, relatou já cuidar da outra irmã desde pequena, pois a sua mãe precisava trabalhar fora, então, quis ter a sua própria filha. Em relação ao uso de contraceptivos, Luana e Juninho (18 anos) usavam os preservativos masculinos que eram distribuídos no Hospital Universitário Pedro Ernesto, porém, quando faltava na unidade, o casal se relacionava sem o preservativo.

Luana, na ocasião do documentário, morava com sua mãe, outras quatro irmãs e com a gravidez, o namorado passou a ser integrante da casa. O pai de Luana foi morto pelas mãos do tráfico quando ela tinha 13 anos. Antonizia, mãe de Luana, não escondeu a decepção em relação à gravidez da filha. Relatou que engravidou pela primeira vez apenas com 23 anos. Apesar das dificuldades relatadas (trabalha fora, tem 5 filhas, cuida de todas sozinha), apoiou a filha desde o início. Já a mãe do companheiro de Luana, teria sugerido um aborto. Antonizia menciona a falta de maturidade da filha para lidar com tal momento.

A caçula do quarteto, Evelin, aos 13 anos estava no terceiro mês de gestação. Era moradora da comunidade da Rocinha e morava apenas com a sua mãe. Os pais são separados, porém o pai, que trabalha como motoboy, tem contato e é participativo na vida da filha. Evelin parou de estudar na gravidez.

A menina conta que sua primeira relação sexual não foi com o pai de sua filha. Desde os 11 anos já tinha vida sexual ativa. O pai da criança (22 anos) tinha se desligado recentemente do tráfico. Evelin relata que nunca fez uso de pílula anticoncepcional e que o casal usava camisinha muito esporadicamente, pois o companheiro não gostava. Afirmou ser um “milagre” a gravidez ter ocorrido só agora. Durante as entrevistas feitas nas filmagens, a adolescente não disse o que ela própria pensava ou como se sentia em relação aos métodos contraceptivos. Sempre usando a perspectiva do companheiro. A menina disse ainda que, apesar de não ter sido planejada, achava bom a gravidez ter ocorrido nesse momento de sua vida, pois assim a criança poderia crescer junto com ela, que em muitos momentos também se sentia criança.

Retratando o sucesso dos bailes funk – importante movimento cultural e forma de lazer de jovens na época – a recém-adolescente descreveu as suas saídas. Em uma delas, relata a situação de violência que sofreu. O companheiro da época, enciumado, deu uma rasteira e um soco na boca da adolescente, já grávida. Ao descrever o fato a adolescente tratou a

violência de forma natural e conformada, apesar de declarar que se arrepende de ter namorado com ele. Reproduzindo o machismo efervescente e preponderante no meio em que vive, Evelin disse que sua mãe havia dito que “mulher de bandido apanha”, porém ela não tinha acreditado.

Foi em Engenheiro Pedreira que se passou o caso de Edilene (14 anos, 7 meses de gravidez), Alex (21 anos) e Joice (15 anos, 6 meses de gravidez). Ambas adolescentes estavam grávidas ao mesmo tempo do mesmo rapaz: Alex. Essa história nos remete à de Maria Carolina e Vicente. Assim como Vicente tentou se eximir da responsabilidade e comprovar a sua palavra desmoralizando Maria Carolina, Alex tentou se desresponsabilizar culpabilizando Edilene. Alega ser Edilene a culpada pela gravidez de Joice. Teria sido no intervalo de uma briga do casal que essa segunda engravidou.

Apesar de Edilene aparecer em muitos momentos é Alex quem se coloca mais. Atribuindo a gravidez da namorada ao azar, ele conta que nunca usaram camisinha, porém só agora ela engravidou. A perspectiva de divisão de responsabilidades não está presente. O jovem não se vê enquanto sujeito participante e igualmente responsável pela contracepção do casal, afirmação pertinente nas suas relações com as duas adolescentes. Sempre há culpados, ou melhor, culpadas. As mulheres devem assumir sozinhas as responsabilidades pela contracepção do casal.

Edilene estava grávida ao mesmo de sua mãe (Maria José, 4 meses de gravidez). As duas carregam ainda outra semelhança. Sua mãe também foi responsabilizada integralmente pela contracepção, no caso, pela falta dela. O pai do filho de Maria José não assumiu a criança, sugeriu que ela fizesse aborto e alegou que ela engravidou porque quis, logo, deveria se encarregar de tudo sozinha.

Apesar de ambas estarem na mesma situação – grávidas na adolescência e do mesmo rapaz – Edilene não se identifica com Joice. Para continuar morando com Alex após o nascimento do bebê, Edilene estabelece como condicionante o parceiro não assumir a filha de Joice. Se de fato esse pedido se realizasse, Joice teria o mesmo destino de Maria José. Precisaria cuidar do filho sem a participação do pai. É muito significativo e característico dessa sociedade. A consciência de classe e a identificação entre as mulheres não fazem parte da ideologia capitalista, não compondo, normalmente, o cotidiano das relações sociais. Alex, no entanto, assumiu a filha e Edilene aceitou melhor a atitude do namorado. Com a chegada de dois filhos Alex passou a trabalhar e se comprometeu a prover as necessidades financeiras das duas crianças. Joice, por sua vez, relatou estar sofrendo pela forma como a relação acabou. A jovem tinha o sonho de terminar os estudos e se alistar para Marinha, sonho esse

que viu ruir com a gravidez.

Apesar de algumas disparidades (Luana queria ficar grávida e Edilene não; Luana continuar na escola e Evelin não; Edilene ter apoio do companheiro e Joice não; Evelin ter vida sexual ativa antes da gravidez e Edilene não), o que chama atenção são as semelhanças, tanto nas histórias quanto nas falas. Todas mostraram saber da existência de pelo menos um método contraceptivo, a mais citada foi a camisinha. Isso não significa, entretanto, que elas saibam, necessariamente, como se usa ou mesmo todo funcionamento de seus corpos. Além disso, o posicionamento dos parceiros em relação ao método contraceptivo foi decisivo para que a relação se desse de maneira desprotegida. Tanto Evelin, quanto o próprio Alex relatam isso.

A relação entre casamento e gravidez também aparece. Luana não se mostra favorável à ideia de casamento: “Minha mãe fica falando que vai casar a gente mas eu não quero casar não. *Sei lá*, não gosto da ideia. Ter que usar aliança. Deixa como *tá que tá bom*”. Na ultrassonografia de Evelin, no momento em que é revelado o sexo do bebê, o enfermeiro diz: “pode falar pro maridão que tem uma gatinha dentro de você”. Mostrando que o casamento precoce de meninas novas com homens maiores de idade não causa estranheza e é aceito com naturalidade. A mãe de Evelin também revela que o grande problema da gravidez da filha não é a gravidez em si e sim o pai da criança não ter assumido: “Se ele tivesse montado uma casa, tivesse morando com ela e assumido o filho e ela, *ai tudo bem*. Poderia mandar nela, fazer e acontecer, mas não toma atitude de homem. Só tem idade e tamanho”.

Entre pontos de convergência estão também a composição majoritariamente feminina dessas famílias e a idade dos pais dos bebês. Quem dá suporte para as adolescentes grávidas são as mães, as sogras e outras mulheres próximas. Ao mesmo tempo, todas as jovens estão grávidas de homens já adultos.

Contudo, as maiores semelhanças que essas meninas carregam estão no seu gênero e classe social. O lugar de onde elas vêm é determinante para as suas escolhas ou para a falta delas. A falta de camisinhas na unidade de saúde pode ter sido fundamental para a gravidez de Luana. Assim como para a Joice pode ter sido crescer ouvindo sobre o instinto materno e a vocação da mulher para a maternidade. Ao mesmo tempo, a falta de incentivo escolar fez toda diferença na vida da Evelin. Após o nascimento do seu filho, Edilaine precisou se dedicar a ele e ao seu irmão, também recém-nascido. Fatores que certamente foram impeditivos para a jovem permanecer na escola.

Após esses exemplos concretos e reais, evidencia-se o caráter contraditório da gravidez na adolescência enquanto uma expressão da questão social. Esse fenômeno retrata as

contradições de gênero, classe, raça/etnia dessa sociedade. É fruto de uma sociedade calcada em relações capitalistas, patriarcais e machistas que cria situações nas quais adolescentes, diante de alternativas concretas e limitadas, ora optam pela gravidez na adolescência ora a veem como única opção. É importante para qualquer profissional que lide com essa população, sobretudo os (as) assistentes sociais, considerar o contexto econômico e cultural nos quais essas adolescentes vivem. Ademais, é substancial fazer uso do conhecimento e da história para desmistificar preconceitos e valores arraigados no que se refere a ser mãe na adolescência. Esse é um ponto crucial para uma intervenção crítica e que viabilize os direitos dessas meninas em contrapartida a atuação que agudiza e reforça o preconceito e as afasta do acesso aos seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos fatores são determinantes para a gravidez na adolescência. A nível estrutural, os filhos e as próprias adolescentes fazem parte da lógica do sistema capitalista. Entender, portanto, a gravidez na adolescência como uma expressão da questão social significa afirmar que ela é insuprimível no atual modo de produção. A gravidez na adolescência em massa das meninas pobres da classe trabalhadora não será superada no capitalismo. Isso não impede ou desqualifica, porém, a legítima luta pela ampliação de políticas públicas destinadas aos adolescentes, tanto meninas quanto meninos.

Essas famílias não acessam devidamente todas as políticas públicas nas quais tem direito. Faltam políticas com perspectiva de intersectorialidade. Mesmo com os investimentos em programas de saúde, principalmente de contracepção, existe uma carência de políticas que integrem os vários aspectos da vida social dessas adolescentes, tanto antes quanto depois da maternidade.

A evasão escolar das mães adolescentes é muito grande. Além disso, muitas já estão fora da escola no momento da gestação. Uma política que promovesse o incentivo à permanência na escola proporcionaria maiores chances dessas recém-mães terem uma formação profissional mais qualificada, o que por sua vez, poderia proporcionar relações de trabalho menos precarizadas, e, por conseguinte, mais qualidade de vida. (MIOTO, 2005).

O gênero se tornou um “vilão” para os setores mais conservadores da sociedade. Seu estudo pode quebrar paradigmas, ameaçando ideias e costumes arraigados na sociedade e que são verdadeiros pilares da ideologia patriarcal e capitalista. A inclusão da reflexão e do debate de gênero no currículo escolar seria, portanto, um importante aliado para os jovens refletirem a sociedade e, conseqüentemente, suas próprias vidas.

Os tabus arraigados na sociedade influenciam a maneira como essas adolescentes vivenciam sua sexualidade. No cotidiano há uma reprodução de valores e ações machistas, contribuindo para um comportamento sexual de risco. O papel que o homem tem na perpetuação ou prevenção da gravidez é pouco discutido. Individualmente essas meninas são socializadas tendo a maternidade como única opção, a partir de projetos de vida que ora envolvem grandes planos (ser médica, engenheira, seguir carreira militar), ora se reduzem à maternidade, casamento e família, sem possibilidade de expansão.

A garantia do acesso de adolescentes a informações sobre seus direitos, com linguagem adequada e acessível (incluindo os direitos ao acesso à educação e à saúde, antes ou depois de uma gestação), bem como o acesso aos insumos de saúde sexual e reprodutiva

(como preservativos e anticoncepcionais) para que as gravidezes não planejadas tenham mais chance de ser evitadas, são passos fundamentais que podem contribuir para mudar a vida desses adolescentes. Através do investimento em programas que promovam os direitos e a autonomia desses adolescentes, é possível construir pontes para o empoderamento, especialmente dessas meninas, tornando a gravidez uma escolha consciente e não “fruto do azar”, como relatou Alex em “Meninas”.

No que tange a atuação do Serviço Social, a defesa dos princípios do Código de Ética²⁶ perpassam pelo debate de gênero para qualificar a formação e a intervenção profissional. A liberdade como valor ético central, defesa dos direitos humanos, aprofundamento da democracia, posicionamento a favor da equidade e da justiça, empenho na eliminação de preconceitos, vinculação do projeto profissional à uma nova ordem societária, aprimoramento intelectual e o exercício da profissão sem discriminação em decorrência de questões de gênero, étnico/raciais, sexuais ou de classe, requerem investimento na formação e constante qualificação.

Numa sociedade heterônoma, dependente e extremamente desigual, de passado escravista, na periferia do mundo do capital, apesar dos ares de potência emergente, e com classes dominantes que optaram historicamente por revoluções pelo alto, transições transadas e revoluções sem revolução, a luta por direitos e justiça social torna-se, paradoxalmente, fermento de uma perspectiva anticapitalista, traduzindo-se profissionalmente no compromisso com os usuários, com o acesso aos direitos, e com a elaboração de políticas de caráter universal (BEHRING, 2013, p. 16).

Uma vez negligenciadas as questões de natureza econômica, social e cultural, sendo adotada uma abordagem apenas individual e subjetiva para tratar de gravidez na adolescência, os verdadeiros determinantes desse fenômeno permanecerão ocultos. A partir de uma visão mais ampla, voltada para a totalidade, torna-se possível desenvolver intervenções mais realistas e efetivas.

Em tempo, salientamos que esse trabalho de conclusão de curso, apesar do esforço investido, não teve a pretensão de esgotar o debate. Pelo contrário, as páginas anteriores são, na verdade, um esforço inicial para jogar luz e fornecer arcabouço no sentido de fomentar a continuidade do debate. O assunto é profundo, exigindo constantes estudos e capacitações. A reflexão apresentada é pertinente à proposta de uma monografia. Esse momento representa um ponto de partida para estudos mais específicos e direcionados.

Comprometidas ética e politicamente com os valores da classe trabalhadora, buscamos

²⁶ Código de Ética do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

cumprir o dever que temos, enquanto profissionais de Serviço Social, com a construção de um mundo mais justo e com a ampliação e consolidação da cidadania das adolescentes e da classe trabalhadora de um modo geral.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro. LTC, 1981.

BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. Gênero e Serviço Social: os desafios a uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Gênero e sociedade: Uma breve introdução à dimensão de gênero nas relações sociais. In: Teoria & Sociedade, nº 12, Rio de Janeiro, 2004, p. 106-125.

BONFIM, Paula. Conservadorismo moral e serviço social: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p.49 - 97.

BRASIL, Diário Oficial da União. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. *Promulga o Código Penal*.

_____. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. *Institui o Código de Menores*.

_____. Lei nº 8.089, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*.

BRUSCHINI, C.; Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane, (Orgs). Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 49-79.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014. Capítulo 1.

CFESS. Parâmetros para a atuação do Assistente Social na Saúde. Brasília, 2009

_____. Código de Ética do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson, 1943 – Contra a corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000, p. 169 – 176.

_____. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas. – 4. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COUTINHO, Eduardo Granja (2012). “Carlos Nelson Coutinho e a ‘questão cultural’ no Brasil.”. In BRAZ, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, p. 321-338.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 173-178.

EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. São Paulo: Ed. Unesp, 2000, p. 8 – 50.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado Trad. Leandro Konder; Aparecida Maria Abranches. 1ª Ed – Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

FERNANDES, Florestan. As mudanças sociais no Brasil. In: IANNI, Octávio (Org.). Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 221 – 272.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO (UNFPA, sigla em inglês). Relatório sobre a Situação da População Mundial 2013. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2013.pdf>>. Acesso em: 21 de mar de 2017.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 7ª Ed. – Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 22ª Ed – São Paulo, Edições Loyola, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IZQUIERDO, Maria Jesús. Bases Materiais do sistema sexo/gênero. Universidade Autônoma de Barcelona. Tradução do SOF (Sempre Viva Organizações Feministas). São Paulo: s/d.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I; tradução de Reginaldo Sant'Anna. - 28ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MENINAS. Direção: Sandra Werneck. Produção: Cineluz Produções. Documentário. 70'14''. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f9X8WSWiI2I>>. Acesso em: Jan. de 2016

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. A maternidade na adolescência e a (des)proteção social. In: Serviço Social & Sociedade, n. 83. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. In: Temporális. Brasília: ABEPSS, 2001.

_____. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012. – (Bibliografia básica do serviço social; v.1).

O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF : UNICEF, 2011.

PERES, Fumika; ROSENBERG, Cornélio P. Desvendando a concepção de adolescência/adolescente presente no discurso da saúde pública. São Paulo: Saúde e Sociedade, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia. 8. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1965.

PRIORE, Maria Del (Org.). História das Crianças no Brasil. 7. Ed. 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.

Projeto ético político e exercício profissional em Serviço Social: os principais códigos de ética articulados à situação crítica de assistente sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). – Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Santos, ALD. Histórias de jovens que vivenciaram a maternidade na adolescência menor: uma reflexão sobre as condições de vulnerabilidade. São Paulo, 2006. [tese de doutorado – Faculdade de Saúde Pública – USP].

SANTOS, Jair Ferreira dos. O que é pós-moderno. São Paulo: Brasiliense, 2004. - - (Coleção primeiros passos; 165).

SANTOS, José Luiz Dos. O que é cultura. São Paulo: Brasiliense, 2006. - - (Coleção primeiros passos; 110).

SEMERARO, Giovanni (2012). “Gramsci no Brasil: a contribuição de Carlos Nelson Coutinho”. In BRAZ, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, p. 99-119.

SILVA, Maria Liduina de Oliveira. O Estatuto da Criança e o Código de Menores: discontinuidades e continuidades. In.: Serviço Social e Sociedade, Ano XXVI – n. 83. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 30 – 48.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Emoções e capital: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista. Tese de doutorado. São Paulo: PUC/SP, 2006.

STERN, C. “El embarazo en la adolescencia como problema público: una visión crítica”. In: Salud Pública de México, v. 39, n. 2, 1997.

TAQUETTE, S. R. Iniciação sexual da adolescente – O desejo, o afeto e as normas sociais. Ribeirão Preto, 1997. Tese (Doutorado)- Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

VENTURA, Miriam. Direitos Reprodutivos no Brasil. Brasília: Edição do Autor, 2009.

WILLIAMS, Raymond. Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.